

O ESTADO DA ÍNDIA EM MEADOS  
DO SÉCULO XVII ATRAVÉS  
DA CORRESPONDÊNCIA PRIVADA  
DE JORGE DE AMARAL  
E VASCONCELOS

# INTRODUÇÃO

O principal objectivo deste livro é disponibilizar, publicando-as, as cartas que o Doutor Jorge de Amaral e Vasconcelos escreveu à família desde Goa. Além delas, juntam-se outras missivas com ele relacionadas: aquelas que foram escritas pelos seus correspondentes no Reino e pelo seu executor testamentário, na Índia. Para lá das cartas, e uma vez que contêm elementos que interessam directamente a esta história, incluo neste elenco documental os seus testamentos. Ambos foram lavrados em circunstâncias especiais: o primeiro, foi escrito em Lisboa nos dias que precederam a sua viagem para a Índia em 1649, e o segundo foi redigido em Goa na véspera da jornada que empreenderia rumo à *Província do Norte*, de onde não regressaria, em 1656. Há também um codicilo a esta sua última vontade, lavrado em Baçaim, nos momentos que antecederam o seu passamento. Por último, e porque contribui para a clarificação de alguns dados contidos nas cartas, junto também um fragmento do processo de herança que correu entre os seus sucessores, em época posterior à que aqui se documenta.

Não há muitos estudos em Portugal sobre a Idade Média e os primeiros séculos da Época Moderna fundamentados em correspondência privada. Isso explica-se, principalmente, pela raridade deste tipo de fontes. Rita Marquilhas, que coordena um importante e interessante projecto de edição *on-line* de cartas privadas<sup>2</sup>, explica que a conservação deste tipo de registos não é rara, podendo descobrir-se bastantes, mormente entre processos judiciais que os utilizaram como meio de prova ou de fundamentação de pleitos<sup>3</sup>. Porém, fora desse âmbito judicial, não é muito vulgar encontrarmos cartas privadas dos séculos XV, XVI e XVII em Portugal. Mais raro ainda, é depararmos com conjuntos de cartas como o que aqui se oferece. Sem ser extenso, apresenta consistência por se tratar de escritos em torno de um personagem produzidos no decurso de poucos anos, e porque, pelos assuntos tratados, e no contexto em que são abordados, transforma-se numa fonte de informação especial para o conhecimento de vários temas que interessam à história da Expansão e da sociedade portuguesa do século XVII.

Não me parece necessário fazer aqui grandes reflexões acerca da natureza do fenómeno epistolar. Isso afastar-me-ia do objectivo principal deste trabalho e obrigaria a estudos que competem a especialistas da literatura, da psicologia (e psicolinguística), da linguística e da filologia, e da própria estética, entre muitos outros ramos do saber, pouco familiares ao historiador, sem que, evidentemente, este não possa beneficiar desse labor. «A carta possui uma natureza deveras híbrida e polimorfa para que se faça sobre ela uma teorização

<sup>2</sup> CARDS (Cartas Desconhecidas), complementado pelo projecto FLY (Forgotten Letters Years 1900-1974), a partir do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

<sup>3</sup> MARQUILHAS, Rita – Eu ainda sou vivo. *Sobre a edição e análise linguística de cartas de gente vulgar*, in «Estudos de Linguística Galega», 1 (Maio 2009), p. 47-65.

absolutamente sistemática», afirma Leandro Rodrigues<sup>4</sup>; e se, por exemplo, procurássemos descobrir nas do Doutor Jorge de Amaral a expressão, tão usada – já praticamente um *cliché* – de que a carta constitui uma conversa entre pessoas que, por qualquer motivo, estão separadas, um *inter absentes colloquium* à boa maneira ciceroniana ou erasmiana, perceberíamos muito rapidamente que essa interpretação faz pouco sentido neste contexto.

Em primeiro lugar, tal *diálogo* implicaria troca frequente de correspondência, coisa impensável no âmbito da *Carreira da Índia*, que era por onde estas cartas circulavam (quando circulavam ou sequer quando chegavam ao destino) e se atrasavam; quem as escrevia tinha consciência dessas fragilidades, bem como da probabilidade de a carta já não encontrar vivo o destinatário, optando então por registar impressões que, sendo dirigidas a alguém, em concreto, era sabido que constituiriam sempre um património informativo para a família.

Em segundo lugar, muito do *diálogo* epistolar clássico e renascentista fazia-se entre *iguais*, suscitava resposta, debate e, mesmo, confronto (intelectual) de ideias. No correio que aqui publico, essas dimensões são, salvo excepções, praticamente inexistentes. Aquilo que transparece é um sentido muito forte de hierarquia: entre o *morgado* e os irmãos. Apesar dos abundantes, e interessantes, «irmão da minha alma», «muitas saudades» e outras enunciações afectuosas, o tom imperativo usado pelo remetente não deixa margem para dúvidas quanto a essa condição: «mandar a...», «fazer...», «botar fora...», contam-se entre as inúmeras *ordens* que, lá de longe, da Índia, Jorge de Amaral nunca se coíbe de dar.

Em terceiro, e último lugar, é comum considerar-se que a carta serve para exprimir aquilo que muitas vezes não se consegue dizer cara-a-cara<sup>5</sup>. Ora, seria preciso desconhecer em absoluto a sociedade aristocrática portuguesa do Antigo Regime – e mais ainda aquela endurecida pelos anos passados no ultramar – o seu comportamento e a forma como geria as suas relações, para, num contexto como o que aqui se descreve, acreditar-se em inibições desse tipo<sup>6</sup>.

Desta maneira, não se pretende fazer aqui um estudo linguístico, nem sequer da essência do que significa escrever cartas, mas tão só publicar fontes produzidas por um funcionário do *Estado da Índia* de meados do século XVII<sup>7</sup> destinadas, acima de tudo, ao historiador da Expansão Portuguesa em particular, e ao historiador do Antigo Regime em geral.

<sup>4</sup> RODRIGUES, Leandro Garcia – Uma leitura do modernismo. *Cartas de Mário de Andrade a Manuel Bandeira*, diss. de Mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003. O capítulo de onde retirei esta passagem, «A natureza do fenómeno epistolar», está disponível no sítio [http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/.../0115401\\_03\\_cap\\_02.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/.../0115401_03_cap_02.pdf)

<sup>5</sup> Ver esta e outras variáveis da dinâmica epistolar no estudo já clássico de BINNS, J. W. – «The letters of Erasmus», in *Erasmus*, edited by T.A. Dorey. Londres: Routledge, 1970, p. 60-61.

<sup>6</sup> O problema deste tipo de interpretações é, no meu entender, precisamente de contexto. Não quer dizer que os homens dos séculos XV a XVII não escondessem pensamentos ou intenções, ou que os dissimulassem, em proveito dos objectivos que pretendiam atingir. Ou que houvesse situações em que se pudessem inibir. Porém, na maior parte dos casos, isso seria interpretá-los de acordo com os arquétipos do século XIX, ou de épocas posteriores.

<sup>7</sup> Também não entro aqui na questão da qualidade social do produtor das cartas, a saber, se estamos perante alguém que podemos colocar no grupo de *gente poderosa* ou no grupo de *gente vulgar* (conceitos que, de certo modo, podem ser ambíguos) ou ainda num patamar intermédio, difícil de definir.

No total, este livro contém vinte e uma cartas, dois testamentos, um codicilo e uma certidão de embargos à herança. Estes últimos (testamentos, codicilo e embargos) obedecem à dinâmica da produção documental conhecida no âmbito das instituições notariais e dos tribunais da corte<sup>8</sup>. As cartas, por seu turno, dado que constituem o objecto central deste livro, merecem uma breve descrição, com referência às suas principais características. Todas são originais mas podemos afirmar que umas são mais originais do que outras. É que, a qualidade social, ou a função dos intervenientes, ou a estruturação da sua actividade e disponibilidade de recursos, permitia-lhes ter secretários que, entre as suas funções, detinham o encargo de escrever as diferentes *vias*, as quais eram assinadas pelo remetente<sup>9</sup>. Isto é mais notório nas cartas procedentes da Índia que, para maior garantia, eram expedidas em duas, três, quatro ou mais *vias*. Numa delas (n.º 6), diz-se que duas cópias vieram para o Reino respectivamente por *via* de Inglaterra e de Roma, mostrando a preocupação dos remetentes e a noção de que a *Rota do Cabo* podia não ser segura quando não era, pura e simplesmente, interrompida<sup>10</sup>. Como se verá nos textos transcritos, as *vias* poderiam conter algumas – pequenas – diferenças; infelizmente, apenas em dois casos as podemos confrontar.

Dez cartas têm como remetente o Doutor Jorge de Amaral. Oito são dirigidas ao seu irmão Miguel Rebelo do Amaral de Castelo-Branco e duas ao cunhado Francisco Pereira de Rebelo. Há quatro cartas de Domingos de Matos Moreira e três de António Marques Moreira, encarregados de negócios do Doutor em Lisboa, todas elas dirigidas ao referido Miguel Rebelo do Amaral, a propósito das transacções de dinheiros, mercadorias e outras encomendas, que ambos efectuaram em diferentes alturas. Por seu turno, o Inquisidor Apostólico da Índia Paulo Castelino de Freitas, testamenteiro de Jorge de Amaral, enviou três cartas de Goa, duas delas dirigidas a Miguel Rebelo do Amaral e uma a D. Maria Coutinho, mulher deste e, portanto, cunhada do falecido, a respeito das diligências que executou sobre a sua herança. Por fim, há uma carta do mercador Baltasar da Veiga ao mesmo Miguel Rebelo do Amaral, acerca de contas que ficaram pendentes por morte do Ouvidor-Geral do Crime. Todas elas estão ordenadas cronologicamente.

Voltando às características das missivas, direi que das dez de Jorge de Amaral três foram escritas pelo seu próprio punho<sup>11</sup>. As restantes foram confiadas a secretários, apre-

<sup>8</sup> Os testamentos de Jorge de Amaral são feitos no foro privado e depois reconhecidos perante notário, com testemunhas; o segundo testamento está incluído em processo de *bens de defuntos* elaborado pelo juízo competente. O documento de embargos constitui parte de uma petição enviada ao tribunal régio por herdeiros que se sentiam lesados.

<sup>9</sup> Algumas deveriam, mesmo, ser ditadas.

<sup>10</sup> Sabemos como a navegação portuguesa para a Índia conheceu um período de particular depressão entre a Restauração e os primeiros anos da década de 50 (ver *Diário do conde de Sarzedas vice-rei do Estado da Índia (1655-1656)*, ed. de Artur Teodoro de Matos. Lisboa: CNCDP, 2001, p. 10). De resto, numa das missivas (carta n.º 4), Jorge de Amaral afirma que há quatro anos que não chegavam naus a Goa. A propósito das formas de circulação de cartas da Índia para Portugal ver DISNEY, Anthony – «The Portuguese overland courier network from India to Portugal», in *Don Peter felicitation volume*, ed. E. C. T. Candappa e M. S. S. Fernandopulle. Colombo, Sri Lanka: D. P. F. Committee, 1983, p. 51-63.

<sup>11</sup> O que não é propriamente uma boa notícia já que a sua letra era péssima e o remetente patenteia, além disso, certas deficiências ao nível da expressão que, combinadas, tornaram árdua a tarefa da transcrição.

sentando uma qualidade de letra superior, e assinadas no final por ele. As cartas dos correspondentes foram escritas pelos próprios. A de Baltasar da Veiga foi ditada a um secretário e assinada no fim pelo mercador<sup>12</sup>. Quanto às do Doutor Paulo Castelino de Freitas, foram escritas pelo seu secretário, com excepção da parte final da penúltima delas (carta n.º 20), que é redigida pelo seu punho (e pode remeter para a questão do sigilo de alguns assuntos tratados<sup>13</sup>), conforme a seguinte indicação, inserta no corpo do texto: «Inda há hũa divida de que darey a Vossa Merce abaixo conta de minha letra».

O modo de escrita destas missivas, em regra utilizando letra de tipo *bastarda*, ou uma variante  *cursiva*  é muito idêntico ao de outras conhecidas dos séculos XVI e XVII e XVIII: as formas de tratamento<sup>14</sup>, as despedidas, os desejos de saúde, o questionário dirigido ao destinatário coincidem com vários espécimes publicados ou ainda guardados nos arquivos. No caso de Jorge de Amaral devemos ainda notar que as cartas apresentam a situação de cada uma relativamente à correspondência recebida, o que nos permite, de algum modo, reconstruir alguns ritmos de comunicação<sup>15</sup>. No desenvolvimento da mensagem multiplicam-se as novidades – ou pedidos de informação – acerca do estado de saúde de quem escreve ou lê, ou dos parentes (como se verá já em seguida), e informes – e comentários de outros que lhe vieram do Reino – sobre os quotidianos, que alternam com os assuntos mais importantes contidos nas cartas<sup>16</sup>. Pelo meio, sobressaem os episódios vividos pelo remetente, a forma como é, ou deseja ser considerado, e as ambições que revela, num enunciado de arquétipos comportamentais que atravessaram várias gerações, pelo menos a julgar por algumas cartas que resistiram ao tempo.

<sup>12</sup> Em qualquer dos casos, os secretários não são mencionados nem sequer identificados, excepto num caso pouco conclusivo. Ainda coloquei a hipótese de se tratar, em várias cartas, de cópias feitas em época posterior. No entanto, a assinatura (que não se limita ao nome mas também a uma saudação) no fim de cada uma delas, fez-me afastar essa conjectura. Sobre o uso dos secretários – que, noutro sentido, e em época posterior Verney considerava dar prova de quão ocupado era o remetente – e, principalmente, da evolução dos tipos de escrita e de práticas da escrita em Seiscentos, ver MARQUILHAS, Rita – *A faculdade das letras. A leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Lisboa: IN-CM, 2000.

<sup>13</sup> Levando, por outro lado, a pensar que esta – e outras cartas contendo elementos deste género – fosse cerrada no momento, pelo remetente e, logo em seguida enviada.

<sup>14</sup> Curiosamente, nestas cartas, quer nas do Doutor Jorge de Amaral, quer nas dos correspondentes, não é vulgar registarem-se saudações do género conhecido: *Em nome de Deus, amem...*, *Jesus...*, *Jesus, Maria, José...*, e outros, indo-se logo ao assunto.

<sup>15</sup> E perceber, em parte, quem lhe enviou cartas e em que quantidade. Trata-se, de momento, de documentação perdida. No caso do Doutor Jorge de Amaral não temos conhecimento de que tenha sobrevivido qualquer carta que lhe foi enviada do Reino; talvez se encontrem algumas em Goa.

<sup>16</sup> Não gostaria de entrar também na questão acerca de quais são os assuntos mais importantes nelas tratados. Há uns mais desenvolvidos que outros e, evidentemente, que são registadas informações acessórias e, mesmo, mexericos. Mas parece existir como que uma preocupação em listar os temas que se pretende abordar. De resto, pelo menos uma carta (n.º 11) tem números no início de cada parágrafo. Podemos também usar um termo de comparação com práticas epistolares no Brasil de finais do século XVIII em FONSECA, Paulo Miguel – «*De vme<sup>ce</sup> amigo, servo, venerador...*», *comentários sobre o sujeito histórico e a escrita epistolar nas Minas setecentistas*, in «*Varia Historia*». Belo Horizonte. Vol. 25, n.º 41, jan/jun 2009, p. 197-212.

«A duas de V. Ex.<sup>a</sup> [o conde de Nisa] devo resposta, regista o Padre António Vieira, mas acho-me ainda com pouco cabedal de saúde, que não sei se poderei responder a ambas: as sangrias foram só quatro, mas a fraqueza é de muitas mais»<sup>17</sup>.

Amaral escreve numa delas: «Com duas me acho de Vossa Merce de vinte e sete de Fevereiro e des de Março de 1653 e sinto que Vossa Merce esteja ainda com esse achaque que o faz esquesser da Corte»; e noutra, que «estava eu com seis sangrias mas quer Deos que de presente fiquo alguns mezes com conhecida melhoria».

Ou então, como atrás foi dito, o quotidiano, as proezas alcançadas, as aspirações e as ambições de quem servia no Oriente, caso desta folha que restou de uma carta mais longa que o Ouvidor de Ormuz Jorge Coelho da Silva escreveu a sua mãe, em 1597:

«Eu sou qua grande homem porque sou Ouvidor de Ormus com grandes poderes. Todos me obedecem e eu a ninguem porque monta muito minha fidalguia nestas partes. Quando morrem os capitães os faço. Tenho de meu hūas charamelas que me derão por fazer hum capitão, e outras vou fasendo de novo. El Rei de Ormus tem filhas formosas que me namorão mas não as farei christãs nem casarei com nenhũa dellas se El Rei não puser em mim o Reino, ou me der os seus thesouros que são mui grandes porque me não lembra mais que ir casar com minha freirinha. Aqui vierão huns venesianos de Jesusalem a quem com poder de justiça tomei hūa cruz cheia de reliquias que vall muito e vinha pera os Padres da Companhia, eu a mando a v.m. Tenho ja de meus seis mil crusados e estes dobrados em tres annos – façalhe v.m. a conta. Tenho grande casa e nisto me pareço muito com v.m. que o senhor meu pay he mais apertado. Espero de Sua Magestade grandes merces pollos muitos serviços que lhe tenho feito e por ventura que me de esta fortaleza porque os que qua governão não tem melhor foro na casa do Rey»<sup>18</sup>.

Basicamente, achamos todos estes temas enunciados pelo Ouvidor de Ormuz nas cartas de Jorge de Amaral. Nas primeiras, encontrámo-lo em Lisboa, à espera de embarcar. Dispunha algumas linhas com assuntos de última hora, que retomaria quando escrevesse da Índia com mais tempo, e a pressa com que faz antes de subir ao navio torna algumas passagens confusas.

Isto remete para a dinâmica da escrita. Várias cartas aqui publicadas mostram bem como funcionava essa mesma prática da escrita. Como nas mercantis, do século XVI por exemplo, o acto de escrever cartas não se faz sempre de uma só vez: é, talvez na maior parte das ocasiões, concretizado em várias fases. O texto<sup>19</sup> é iniciado e diversas vezes interrompido para ser posteriormente retomado. Nas cartas dos mercadores do Porto a Simão Ruiz de Medina del Campo (as que conheço melhor) escreve-se frequentemente, no início de

<sup>17</sup> Padre António Vieira – *Cartas do Brasil*, organização João Adolfo Hansen. São Paulo: Hedra, 2003, (carta de 3 de Agosto de 1648), p. 419.

<sup>18</sup> Biblioteca da Ajuda – Cód. 51-VI-2, n.º 31, fl. 72. É muito importante a consulta do projecto CARDS, já referido, como forma de comparação das cartas, do seu aparato formal e dos temas que comportam, de resto muito semelhantes aos aqui referenciados.

<sup>19</sup> Ou textos visto que se escreve a várias pessoas e, por vezes, em simultâneo.

um parágrafo, a data: «*estamos a 5 de Fevereiro*», por exemplo, assinalando-se, assim, o momento em que a escrita é reiniciada. Aqui, percebemos o mesmo comportamento pela forma como o Autor relata os eventos e os recupera mais adiante, em situação, por vezes, completamente diferente da que tinham antes. O caso mais evidente é o da carta n.º 15 na qual, começando por falar de tudo o que tem feito com o vice-rei, e daquilo que espera dele no futuro, abre a segunda parte da mesma com a notícia da sua morte e de tudo o que aconteceu com a eleição do seu sucessor.

As cartas da Índia circulavam, assim, ao ritmo da navegação da *Rota do Cabo*, o que significa, como já afirmei, que ocasionalmente nunca chegavam às mãos dos destinatários. Porém, quando os navios venciam os obstáculos colocados pelos elementos, pelos rivais do norte da Europa ou pela incompetência de alguns técnicos que os conduziam, as cartas eram entregues no destino e respondidas com dois ou mais anos de distância<sup>20</sup>. Isto resulta numa espécie de «ciclos de correspondência». No labor epistolar de Vasconcelos detectamos três, correspondentes aos cerca de seis anos decorridos entre a partida do Reino e a sua morte na Índia (Baçaim); no primeiro, predominam os preparativos para a viagem; no segundo, as notícias da viagem, da chegada ao Oriente e as primeiras impressões sobre Goa; no derradeiro, prevalecem as convulsões políticas decorrentes da deposição do conde de Óbidos, do governo de D. Brás de Castro e dos ajustes de contas que aconteceram durante o curto vice-reinado do conde de Sarzedas.

Este último aspecto é, sem dúvida, o mais marcante da sua correspondência e, só por si, justificaria o interesse desta publicação. Para o concluir<sup>21</sup> recorro à introdução de Artur Teodoro de Matos ao *Diário do conde de Sarzedas*, quanto à forma como o vice-rei D. Rodrigo da Silveira lidou com os conjurados de 1653, matéria que recuperarei mais adiante.

«Estando próximo o regresso das naus a Portugal, e num gesto de surpresa, manda prender D. Brás de Castro e os implicados no golpe contra o conde de Óbidos [a 10 de Dezembro de 1655, as quais prisões «se fizeram todas a um tempo, sem errar nenhuma»] para os remeter ao Reino, quando já eram decorridos mais de três meses sobre a sua chegada e talvez disfarçara um relacionamento normal com o seu antecessor»<sup>22</sup>. Amaral,

<sup>20</sup> Refiro-me ao tempo decorrido entre o envio da carta e a recepção da resposta. Disney fala de prazos menores relativamente aos correios urgentes. «The Portuguese Overland Courier», citado, p. 59.

<sup>21</sup> Deixando para outros trabalhos e para outros investigadores o aprofundamento destas matérias.

<sup>22</sup> *Diário do conde de Sarzedas vice-rei do Estado da Índia (1655-1656)*, citado, p. 30. Esta publicação é essencial para dar corpo a todo o volume de informação que nos é transmitido pelas cartas de Jorge de Amaral; com ela, as cartas deste Ouvidor adquirem um maior significado e explicam, igualmente, literatura clássica; como esta: «Mas o governo foi inexorável em descarregar em D. Brás de Castro todo o rigor da justiça, e ordens terminantes recebia o conde de Sarzedas quando partia para o Governo da Ásia, para fazer embarcar todos os motores da deposição do conde presos à sua presença. Foi vítima este Vice-Rei da traição dos facciosos que o envenenaram covardemente, quando com a prisão de D. Brás começara a dos seus partidários, em execução às ordens reais, as quais tiveram cabal cumprimento da parte de Manuel Mascarenhas Homem, que sucedera ao Vice-Rei por eleição dos três estados, o qual depois de deixar incomunicável D. Brás que já se achava preso, passou a capturar os seus numerosos satélites que contando com a impunidade dos seus crimes estavam espalhados por todas

como se poderá ver neste livro, confirma esta suposição e aduz pormenores. Possa a leitura destas cartas ajudar a conhecer melhor estes e outros factos da vida goesa em meados de Seiscentos.

## JORGE DE AMARAL E VASCONCELOS. NOTAS BIOGRÁFICAS

Não consta dos objectivos deste trabalho fazer uma biografia de Jorge de Amaral. Embora valesse a pena tentá-lo, sobretudo tendo em conta o seu percurso, isso não seria possível com estas cartas, pois elas apenas cobrem uma parte pequena – embora talvez a mais importante – da sua existência. As cartas, quando muito, ajudam a compreender melhor esse período da sua vida (e, evidentemente da sua própria pessoa) mas, acima de tudo, ajudam a integrar este personagem nos diferentes contextos e quadros – sociais, mentais, económicos, políticos... – que ele conheceu. A revelar-se-nos como um homem do seu tempo, com uma trajectória pessoal e profissional que, de certa forma, nos são em parte desvendadas pelos seus escritos<sup>23</sup>. De qualquer modo, a ideia geral é a de que a sua vida não difere substancialmente da de muitos outros que, como ele, fizeram carreira na administração ultramarina nos séculos XVI e XVII.

Dos poucos dados biográficos de Jorge de Amaral e Vasconcelos que se podem recuperar desta documentação e de outra literatura, sabe-se que nasceu na Beira, provavelmente em Viseu, localidade a que sempre se manteve ligado, em data incerta. Tão incerta que não há nenhum indício que nos dê sequer uma ideia aproximada da sua idade. Era o filho mais velho, dada a sua qualidade de *morgado*, de Jorge de Amaral e Vasconcelos [de Castelo-Branco?], e de D. Maria de Rebelo Pereira, e era neto do Doutor Miguel de Rebelo de Castelo-Branco, que se distinguiu ao serviço da Coroa. Como então era costume, tais serviços haveriam de beneficiar os parentes e sucessores, abrindo-lhes portas e caminhos para promoções. Jorge de Amaral retiraria proveito de alguns. Da leitura destas cartas ficamos a saber que tinha, pelo menos, dois irmãos: Miguel Rebelo do Amaral de Castelo-Branco, casado com Dona Maria Coutinho, moradores na sua quinta da Várzea, actual-

---

as paragens da Índia em desempenho de altos cargos que ocupavam. Apesar de admirável artificio que Mascarenhas usou para efectuar a prisão sem o menor estridor de armas, receando que assim conflagraria a gente que vivia à sombra da influência dos delinquentes nem todos os fidalgos puderam cair nas mãos da justiça porque buscaram o valha-couto nas terras inimigas restando tão-somente os seus bens que foram imediatamente sequestrados. Assim declara ele ao governo na conta que deu das suas ordens de que viera encarregado o conde de Sarzedas, na data de 6 de Fevereiro de 1656»; MIRANDA, Jacintho Caetano Barreto – *Quadros Históricos de Goa. Tentativa histórica*. Caderneta 1. Margão: Typographia do Ultramar, 1863, p. 63.

<sup>23</sup> Importa buscar um termo de comparação com outras trajectórias de funcionários ultramarinos, noutras áreas dos domínios portugueses; por exemplo, no Brasil: SOUZA, Laura de Mello e – *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.



mente na freguesia de Várzea de Abrunhais<sup>24</sup>, e D. Ana de Vasconcelos, casada com o Doutor Francisco Pereira de Rebelo, moradores em Viseu. Era sobrinho de Nuno Rebelo de Castelo-Branco, proprietário de casas na Rua Direita da mesma cidade que lhe vêm ter por herança, do seu homónimo Doutor Jorge de Amaral e Vasconcelos, que fez carreira no funcionalismo régio<sup>25</sup>, e ainda de Manuel de Rebelo Castelo-Branco, abade em Viseu, do Doutor Francisco Cardoso do Amaral, Corregedor do Crime da Corte, e do Doutor João Pais do Amaral; era igualmente sobrinho de D. Joana do Amaral, de D. Francisca de Castelo-Branco, que viveu no Porto, e, por fim, de D. Joana Furtada que foi abadessa de Arouca.

À semelhança de alguns dos seus parentes, Amaral estudou Direito em Coimbra e essa condição de letrado veio a ser decisiva, juntamente com a influência de Francisco Cardoso do Amaral na Corte de D. João IV, para obter os cargos ultramarinos já indicados.

Dele escreveu o jesuíta António Francisco Cardim, em relato de naufrágio a que voltarei por outros motivos: «o doutor Jorge de Amaral de Vasconcelos, o primeiro Doutor pela Universidade de Coimbra que passou à Índia deixando muito bons despachos em que estava consultado e pretenções que tinha por serviços de seus avós, além dos merecimentos próprios dignos de toda a mercê, que aceitou o ofício de Ouvidor Geral do Cível do Estado da Índia, juiz das Justificações do Conselho da Fazenda Real, com que Sua Majestade o mandou, com promessas de avantajados despachos, que saberá bem merecer»<sup>26</sup>. Foi desta forma que, nomeado em 1649 seguiu para o Oriente, sobreviveu ao naufrágio do navio na costa de Moçambique, e chegou a Goa onde lhe foi mudada a nomeação para outra mais complicada, a de Ouvidor Geral do Crime, com assento no Conselho da Fazenda e Desembargo do Paço, despachando junto do vice-rei ou do governador.

Nesta perspectiva, Jorge de Amaral integra um numeroso grupo de fidalgos e letrados que percorreram os cargos da administração ultramarina portuguesa, aproveitando essas posições, claramente, para se prestigiarem e enriquecerem. Examinar as suas cartas é acompanhar um processo de afirmação social, de reforço de património familiar e constituição de novos domínios, desde logo graças aos rendimentos conseguidos através da inserção nos múltiplos circuitos de comércio orientais. É, também, o entendimento de que esse destacamento constituía uma missão difícil, em nome de uma monarquia, que devia ser adequadamente recompensada, na forma de honrarias e rendas, por essa mesma monarquia. Não nos devem admirar, portanto, as aspirações que ele expressa, sejam elas a *Relação* do Porto, as comendas em Viseu e no Douro, o morgado na Beira, a quinta em Lisboa, ou o cargo de Chanceler do *Estado da Índia*.

<sup>24</sup> Que, no século XVII, pelo que se depreende das cartas do Doutor Jorge de Amaral, se distribuía por Tarouca e Britiande. A actual quinta, dos Viscondes da Várzea, é edifício do século XVIII.

<sup>25</sup> Tal como no caso anterior, Jorge de Amaral viria a beneficiar destes serviços, pedindo ao irmão que lhe enviasse certidão dos mesmos.

<sup>26</sup> «Relação da viagem do galeão S. Lourenço e sua perdição nos baixios de Moxincale em 3 de Setembro de 1649. Escrita pelo Padre António Francisco Cardim», p. 10. Darei conta desta *relação* adiante.

Daquilo por que passou na viagem, e dos seis atribulados anos que viveu em Goa, remeto para o restante desta introdução e para as suas próprias palavras, contidas nas cartas que aqui se publicam.

Pouco tempo antes do seu falecimento, recebeu a notícia de que lhe fora outorgado o hábito de Cristo, mais uma vez por intercessão do Doutor Francisco Cardoso do Amaral, desejo que tinha desde que fora nomeado para a Índia em 1649. O alvará de 28 de Janeiro de 1657 (já depois da sua morte, ocorrida poucos dias depois de 11 de Agosto de 1656), confirma que, para além do hábito, cobraria vinte mil réis de pensão numa das Comenda da Ordem<sup>27</sup>.

Recusou casar-se no Oriente declarando que tal solução não era digna de si, e preferindo encontrar matrimónio quando regressasse ao Reino, isto apesar de dizer que viria «ja tam branco» e velho que a quinta ou as casas onde vivesse «perderião a boa estreia».

## A VIAGEM PARA A ÍNDIA: UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA TRÁGICO-MARÍTIMA

Há um assunto que me interessa particularmente, e que gostaria de analisar mais detidamente neste capítulo, que diz respeito à importância desta correspondência para a história da navegação da *Rota do Cabo* e, mais em particular, para o aprofundamento de questões em torno da literatura de naufrágios. O navio em que Vasconcelos seguiu para a Índia era o galeão *S. Lourenço*, conhecido na história da *carreira* por se ter perdido na costa moçambicana. Nele seguia também o já mencionado jesuíta António Francisco Cardim, autor de uma descrição do incidente que foi, mais tarde, incluída numa das *relações avulsas* da *História Trágico-Marítima*. Jorge de Amaral também o relatou numa das cartas que enviou aos familiares e, através deste testemunho, em primeira mão, podemos aferir a veracidade/rigor desta literatura<sup>28</sup>.

Numa das cartas iniciais, Amaral gaba a embarcação que lhe estava destinada; dizia ao irmão que não se preocupasse com a sua sorte pois o galeão era *excelente*. Ao que parece, este navio era mesmo tido por tal. Cardim descreve-o como «feito na ribeira de Goa com grande cuidado e assistência do governador do Estado da Índia [...] o primeiro baixel feito em Goa que nêstes quarenta anos chegou a salvamento a Portugal», em 1645, regressando no ano seguinte e tornando em 1648. Em 1649 foi enviado à Índia em companhia do galeão (ou *nau* ou *navio*, visto que as designações diferem) *Nossa Senhora do Bom Sucesso do Povo*, que fora lançado à água em Fevereiro do ano precedente.

<sup>27</sup> Torre do Tombo – *Registo Geral de Mercês, Ordens*, liv. 5, fl. 179.

<sup>28</sup> Todas as citações seguintes serão retiradas das cartas de Jorge de Amaral aqui publicadas (em especial, do documento n.º 4), e da «Relação da viagem do galeão *S. Lourenço* e sua perdição nos baixios de Moxincal em 3 de Setembro de 1649. Escrita pelo Padre António Francisco Cardim, da Companhia de Jesus, procurador geral da província do Japão», in *Viagens e naufrágios célebres dos séculos XVI, XVII e XVIII*. Vol. IV. Dir. de Damião Peres. Porto: Fernando Machado e C.ª, 1938, p. 7-33.

Ao contrário de Jorge de Amaral, que no decorrer da narrativa apenas esporadicamente fala de alguns dos embarcados, o jesuíta dá-nos pormenores sobre os passageiros, sobretudo dos mais qualificados socialmente. Note-se que a exposição do padre incide em exclusivo no desastre e é deliberadamente um relato cuidado do mesmo, enquanto no caso do Doutor Amaral, apesar da atenção que é dada a este episódio, o mesmo não passa de um tema, entre outros, da carta enviada aos familiares. Assim, no total de 678 pessoas, entre infantaria «muito luzida», e «boa gente do mar», iam «muitos fidalgos e despachados». Destacavam-se o Doutor Paulo Castelino de Freitas, inquisidor apostólico, que levava na sua companhia nada mais, nada menos que cinco sobrinhos «para servirem nas armadas da Índia a Sua Majestade», o Doutor Jorge de Amaral, «o primeiro Doutor pela Universidade de Coimbra que passou à Índia», o Doutor Luís de Abreu Borges, provedor-mor dos defuntos, o Licenciado Francisco Vieira da Silva, ouvidor de Moçambique e desembargador na Relação de Goa, Leão Correia de Brito, fidalgo, capitão de Baçaim (com dois filhos, Manuel e Duarte Correia de Brito), D. Manuel Lobo da Silveira, filho do Conde de Sarzedas, D. Diogo de Vasconcelos, Manuel de Sousa, Manuel de Miranda, sobrinho do estribeiro-mor, Rui Lobo da Gama, Francisco e José da Cunha de Eça, todos fidalgos da casa real, Francisco Peixoto da Silva, provido com a fortaleza de Mascate, D. Simão de Tovar, para entrar no Paço de Noroá, António da Silva, provido com a fortaleza de Barcelor, seu irmão Luís de Freitas, Simão de Almeida, provido com o ofício de corretor-mor de Diu, Lourenço Batalha, para entrar por juiz da alfândega de Negapatão, António de Azevedo, cavaleiro do hábito de Cristo, despachado por governador de Jafanapatão e escrivão da fazenda de Goa, e muitos outros, «soldados e moços da câmara de Sua Majestade, soldados já experimentados nas fronteiras de Portugal, que com a sua chegada à Índia esperam cartas de seus filhamentos e hábitos da Ordem de Cristo que lhes foram prometidos».

Os dois relatos coincidem na data da partida: 15 de Abril. Amaral precisa que se tratou de uma quinta-feira e que eram oito horas da manhã; Cardim acrescenta que «com vento fresco e boa maré». Coincidem também no avistamento das ilhas da Madeira, a 19, dizendo Amaral que se tratava das *Desertas* e Cardim, creio que na sequência, do Porto Santo. Aos 30, chegaram a Cabo Verde, segundo Amaral à Ilha da Boavista, e segundo Cardim à de Maio. Depois de algumas «desavenças» com o galeão, ou a nau, que os acompanhava e que se lhes adiantou desrespeitando o regimento de navegação que levavam, «montaram a linha», já em singradura isolada, facto que segundo Jorge de Amaral ocorreu a dezanove de Maio e no relato de Cardim a 20. Este prossegue dizendo que, em seguida, o galeão correu a costa do Brasil «com os ventos gerais e bonançosos», pormenorizando Amaral que «sincoenta e sinco [dias] depois da partida passamos a altura do Rio de Janeiro» (porque entretanto já se haviam afastado de terra desde o Cabo de Santo Agostinho), facto que normalmente só acontecia a dois meses e meio de navegação.

O navio rumou então para a ponta de África. Cardim, o único a relatar uma série de

distúrbios e «divisões em ranchos com ódios mortais» a bordo, diz que «nos descompôs um vento contrário adiante já das ilhas de Ascensão e Trindade»; Amaral, por seu turno, afirma que «ao ultimo de Junho ficamos Norte Sul com as ilhas de Tristão da Cunha e o Cabo da Boa Esperança». Este poderia ter sido dobrado «se o piloto não ferrara algũas noites as vellas maiores», como se diz na carta, ou, como se escreve no relato, «mas, por o piloto se fazer muito ávante e, chegado ao Cabo, mandar algumas noites ferrar o pano das gáveas [...], perdemos a boa ocasião». Desta forma, em razão dos ventos contrários<sup>29</sup> e das calmarias, em que ambos concordam, perderam todo o mês de Julho, dobrando-o, sem o terem por certo, a 31, e confirmando-o a 2 de Agosto, quando avistaram o Cabo Falso. Depois começaram os problemas a sério. Jorge de Amaral conta que no dia seguinte, quando passaram o Parcel das Agulhas, já não conseguiram pescar porque «cressião os mares e o vento hera muito». No dia seguinte rebentou a tormenta, que durou dois dias, como ambos declaram. Amaral diz que se perderam «as duas vellas maiores e a de gavia do traquete e sobre sevadeira»; Cardim, que, «por conselho do sota-pilôto principalmente e mais oficiais, mandou o capitão cortar a mezena», decisão que Amaral confirma, situando-a no dia 6, quando a tempestade voltou com força. Na sua descrição, não refere os trabalhos com a arrumação da carga que, por falta de lastro conveniente, ameaçava voltar o navio, enquanto Cardim não sentiu necessidade de dizer que, depois de duas horas e meia praticamente «sem o leme governar, meteo o galião a verga do lais grande tres vezes no mar, e de cada uma esteve o galião virado e ouve dous mares que passaram por cima do farol a proa e sem conto os que atravessarão o galião». No trabalho do leme, o Doutor contava «sincoenta homeis» junto com o capitão, enquanto Cardim era mais comedido e registava que ali estavam «vinte».

Neste trecho, Jorge de Amaral não perde a ocasião para se referir ao trabalho que ele próprio teve na «mareassão dos contrabassos», acudindo com «sincoenta homens entre marinheiros, artilheiros e soldados, obrigando o Condestabel a que estivesse com elles», fornecendo-lhes refresco quando dele necessitavam, e registando que «no coarto d'alva fiz esgotar» a água que entrava no navio, concluindo que «como que procedi não digo, somente sey que nesta occazião, no que ouve dos doentes e noutras couzas ganhey nome de liberal». Este comportamento é, de certa forma, comprovado por Cardim: «e aos contrabaços do traquete e ajuda das escotas, a que sempre assistia muita gente, nem faltaram o inquisidor e *ouvidor geral* assistindo a todas as partes, refrescando com seus mimos aos que mais trabalhavam»<sup>30</sup>.

O dia 8 ficou marcado pelo raio que caiu bem perto do galeão e que todos assombrou sendo, por isso, registado nos dois escritos. Seguia-se a travessia do canal da ilha de

<sup>29</sup> Amaral especifica que os ditos ventos começaram a soprar a dois de Julho.

<sup>30</sup> Cardim também não perde a oportunidade de se salientar, juntando-se a estes «como capelão do galeão, fazendo muitas vezes os exorcismos à tempestade». Na frase citada no texto, o sublinhado é meu.

S. Lourenço, que foi avistada a 24 de Agosto<sup>31</sup>. Neste passo Cardim é mais prolixo, avaliando a decisão que foi tomada, evocando os regimentos da navegação da *Carreira* que determinavam a passagem da Ilha por fora, explicando o porquê dessa ordenação, e porque é que ela não foi seguida neste caso. Mais assertivo, Amaral diz que seguiam pela «melhor paragem» e que todos cuidavam, mesmo depois dos contratemplos, chegar à Índia em tempo excelente («menos de cinco mezes e meio»), quando «quis Deos tomar descuidados do piloto e mais ofeciais pera nos castigar que avendo de fazer lestras as amarras o batel e vir com o prumo na mão como tinha de obrigação nada fizerão». Do que resultou o toque nas lajes dos baixios de Moxincalle, a perda do leme e a quase certeza da perdição. Que, no entanto, era, segundo os dois relatos, ainda evitável pois, sendo construído em teca, o galeão era rijo e isso ficou comprovado pela forma como resistiu às pancadas sem meter água. Estavam, então, com doze braças<sup>32</sup>. Com mais ou menos pormenores nos relatos<sup>33</sup> os dois concordam em atribuir, mais uma vez, as culpas aos náuticos que, desta vez, descuidaram as amarras. O galeão começou por descair até às cinco<sup>34</sup> ou seis<sup>35</sup> ou quatro<sup>36</sup> braças, batendo no fundo, assentando e inclinando-se para estibordo, cinco léguas abaixo do lugar onde perdera o leme<sup>37</sup>. Com a costa ali bem perto<sup>38</sup>, iniciaram-se as operações de resgate. Os pormenores são bastante interessantes e remeto para a leitura das duas descrições. Direi apenas que depois de lançado ao mar e de ter levado a terra os soldados, para segurar posições<sup>39</sup>, o batel não conseguiu regressar. Para desembarcar os naufragos fizeram-se jangadas no galeão. Na sexta-feira à tarde, primeiro dia do acidente, retirou-se o inquisidor Paulo Castelino de Freitas. No sábado, foi a vez de Jorge de Amaral, como relata Cardim e o próprio confirma, contando o susto que levou: «ao sabbado se me fez hũa [jangada] onde me mety com dous valentes homeins do mar com dous remos, e vym a terra, mas derão me cinco mares na ressaca tão grandes que de cada hum estyve hum pedasso de tempo debaixo do mar, athe que no ultimo me lansou em terra em que me achey só em calção branco sem gibão».

Em terra, havia que coordenar o salvamento das pessoas e fazendas que permaneciam a bordo do navio. Relativamente a este tema, importa tecer o seguinte comentário. Quando

<sup>31</sup> Cardim diz que «amanhecemos com a ilha de São Lourenço»; Amaral que «avistamos a vinte e coatro de Agosto a meia noite a Ilha de São Lourenço».

<sup>32</sup> Os dois relatos coincidem nestas informações.

<sup>33</sup> Que muito interessam à história dos naufrágios portugueses na *Carreira*.

<sup>34</sup> No relato de Amaral.

<sup>35</sup> No relato de Cardim.

<sup>36</sup> Novamente Amaral.

<sup>37</sup> Segundo Cardim, o navio, mesmo assim, aguentou o novo embate e não meteu água. Amaral, no entanto, refere que isso aconteceu nesta fase.

<sup>38</sup> De tal forma que houve marinheiros que conseguiram nadar entre ela e o galeão depois de partido o batel com os primeiros soldados.

<sup>39</sup> A terra era relativamente hostil, islamizada, ligada ao sultanato de Angoxe.

nos deparamos com cartas de serviços, com pedidos de mercês régias que visavam a obtenção de uma recompensa por acções relevantes prestadas à Coroa, e que existem desde a Idade Média, somos colocados perante o dilema de as aceitarmos com ou sem restrições. Normalmente, escolhemos uma posição intermédia, colocando algumas reservas a essas exposições, invariavelmente lisonjeiras para quem pede. Já atrás mencionei que o relato de Francisco Cardim confirma, de certo modo, o papel relevante de Amaral durante a tempestade que ocupou os homens no galeão e que o próprio menciona na carta a que me venho reportando. Nessa mesma missiva, o Doutor alude às dificuldades por que ele e o inquisidor passaram para convencer os homens a recuperar o batel, entretanto desgastado, e a salvarem os restantes naufragos: «cresseume a mim e ao Emqueizador o trabalho em ajuntar a gente pera o batel se calafetar e hirem em busca da mais gente e cabedal de Sua Magestade», até aos últimos «sincoenta inosentes que ficavão em o galião que cada ora se imaginava aberto»<sup>40</sup>. Pois bem: Cardim volta a corroborar esta postura do ouvidor e do inquisidor, escrevendo que «ambos deram calor, com os capitães de infantaria Francisco Peixoto da Silva e António de Azevedo [...] a lançar o batel ao mar, o que teve tão bom sucesso que pôs outra pouca de gente em terra», acabando de se fazer o salvamento na segunda-feira. Quer isto dizer que devemos aceitar estes registos sem limitações? Não totalmente. Mas, sem dúvida que o confronto de fontes, que neste caso é possível fazer, reforça a veracidade dos factos descritos.

Seguiu-se a longa marcha até Moçambique, semelhante a outras que podemos ler nas relações de naufrágios portugueses dos séculos XVI a XVIII. Embora Cardim seja muito mais detalhado, Amaral não deixa de registar as aspereza dos percursos, as duras travessias de braços de mar e de rios em *cochos* fornecidos pelos indígenas, numa das quais esteve para se perder, a falta geral de mantimentos e de água, e os perigos que constantemente ameaçavam os grupos de naufragos que se iam formando e distanciando uns dos outros, em consequência do melhor ou pior estado de cada um e do volume de carga que transportavam. Ambos afirmam que «athe vinte e coatro de Setembro se recolheo toda a gente em Moçambique»<sup>41</sup>, tendo Amaral entrado ali a 17.

Faltava o último capítulo desta história. Chegado a Moçambique, escreve o autor da *Relação*, «o primeiro caminho que fêz o doutor Jorge de Amaral de Vasconcelos foi à fortaleza dizer ao governador e pedir-lhe que mandasse à Índia com aviso a galeota de Manuel de Sousa»<sup>42</sup>.

<sup>40</sup> «E não avia quem quizesse hir, eu me mety no batel com que elles se meterão tantos nelle que me tirarão e me derão palavra de não deixarem cão nem gato no galião que não salvassem, e assim todo veio a terra». O galeão, ao que parece, não abriu de todo, ficando assente onde encalhou durante mais de um mês (Cardim escreve «e o galeão ainda está inteiro»), sendo várias vezes devassado.

<sup>41</sup> Carta de Jorge de Amaral. Cardim escreve: «Chegou o padre a Moçambique aos vinte e quatro de Setembro, vinte e dois dias depois de perdido nos baixos de Moxincale, donde fazem vinte léguas a Moçambique». Amaral demorara dezasseis (no grupo de Cardim ia gente doente, que atrasava a progressão) e, com uma diferença mínima, confirma estas distâncias.

<sup>42</sup> Senhorio de uma galeota que fazia comércio e Moçambique e provavelmente o que mais lucrou com o resgate dos salvados do navio, em conluio com o despenseiro Luís Fernandes Lopes.

E aqui começou o litígio entre o ouvidor e o governador Álvaro de Sousa de Távora que, porventura pressionado por alguém que temesse ver-lhe atribuídas as culpas pelo naufrágio<sup>43</sup>, «faltou com a palavra» e não comunicou o sucedido a Goa. Em seguida, o diferendo subiu de tom quando se colocou a questão do resgate da artilharia. Na opinião de Amaral, o governador foi desleixado e apenas enviou para o local do acidente uns poucos de batéis que conseguiram recuperar somente catorze peças, «e toda viera e a mais fazenda se se acodira a tempo que o adverty»<sup>44</sup>. Em resultado deste conflito, «ficou tão sentido este governador que tratou por diversas vias o molestarme». E assim correu praticamente um ano. Debilitado, como muitos outros náufragos e viajantes portugueses que chegavam ao Oriente, Amaral caiu de cama com «graves doemsas e de duas estive a morte e passarão trinta e sete dias de cama em que não pregei olho de noite e de dia pouco». Conhecedor dos processos de eliminação dos adversários correntes no tempo, Amaral rodeou-se de gente de confiança, que o assistiu na doença, tendo particular vigilância no que comia, não fosse o governador, «ementar a darne algum bocado». Ironicamente, seria assim, envenenado, que acabaria os seus dias, seis anos depois.

O naufrágio do galeão *S. Lourenço* – e, de certa forma, também, o naufrágio do *Bom Sucesso*<sup>45</sup> – e tudo o que sucedeu em redor do resgate dos salvados, teve consequências adicionais. Com uma excepção, anterior, foi praticamente a primeira vez que os oficiais de um navio perdido foram presos, julgados e condenados por negligência. O mestre foi enforcado «no mandavim»<sup>46</sup>, que é o lugar onde fazem as justiças em Gôa» e o piloto foi sentenciado a servir dez anos nas galés<sup>47</sup>. Quanto ao governador de Moçambique, e decerto por influência de Jorge de Amaral, que logo ali lhe «fizera protesto em que lhe emcampava a artelharia e mais fazendas de Sua Magestade», foi alvo de uma devassa ordenada pelo vice-rei conde de Óbidos «sobre a perdição e descaminhos da fazenda do galeão São Lourenço», na sequência da qual houve uma tentativa de se fazer um ordenamento da costa naquele local, recomendando-se à administração e gente da fortaleza a colocação de fachos em terra, e que no mar andassem navios de vigia «para se evitarem as perdas de tantas naus e embarcações como as que têm ocorrido»<sup>48</sup>.

<sup>43</sup> Esta é a opinião de Cardim, que Amaral confirma escrevendo que o governador «fez junta com os oficiais do galião e a gente do mar».

<sup>44</sup> Cardim concorda: «os que vão ao galeão dizem que até o lastro se podia tirar do galeão em ocasião de águas vivas, porque na baixa-mar vaza muito, e o galeão ainda está inteiro; o certo é que as amarras e outras muitas cousas se podiam salvar».

<sup>45</sup> Amaral: «a nao nova que vinha em nossa companhia se perdeu a oito de Setembro na Ylha do Fogo com lastimozo mao susesso por que do primeiro toque que a nao fez forão ao mar perto de trezentos homeins sem se salvar nenhum nem oje são vivos dos que escaparão trinta homens seja Deos louvado». Cardim: «Aos catorze de Outubro chegaram a Moçambique dous homens da perdição do galeão Bom Sucesso [...]. Veio-se perder abaixo das ilhas de Angoxa em oito de Setembro, com vento em popa, no quarto da madorna, amarras telingadas, vigias na sôbre-cevadeira. Tocou o galeão junto da terra firme, afogaram-se trezentas pessoas, escaparam só com vida cento e dez».

<sup>46</sup> Isto é, Mandovi, rio que entra em Goa pelo norte e se encontra com o Zuari no cabo da Aguada.

<sup>47</sup> Cardim, citado, p. 33.

<sup>48</sup> Não consegui apurar se houve culpas formadas contra o governador. Ver «Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa», 1989, p. 357.

## O ESTADO DA ÍNDIA EM MEADOS DO SÉCULO XVII

Com todas estas peripécias, o nosso fidalgo apenas alcançou Goa em 12 de Novembro de 1650. Como o próprio esperaria, os tempos que se avizinhavam não iriam ser fáceis.

Desde essa data e até 1656, ano em que morreu, o domínio português no Oriente foi duramente posto à prova por acontecimentos marcantes dos quais dá nota na sua correspondência. Saliento os seguintes, recuperados da cronologia organizada por Carlos Alexandre de Morais<sup>49</sup>.

Entre o desembarque, a convalescença, a organização da sua casa e a tomada de posse do cargo de Ouvidor do Crime, ainda se cruzou com o vice-rei D. Filipe de Mascarenhas, que ultimava os preparativos para o regresso ao Reino<sup>50</sup>. Informado da morte do seu sucessor, D. João da Silva Telo de Meneses, conde de Aveiras, em Moçambique, o vice-rei cesante optou por uma solução de partilha do poder através de um Conselho de Governo constituído por D. Frei Francisco dos Mártires, Francisco de Melo e Castro e António de Sousa Coutinho. Entretanto, os portugueses haviam perdido a fortaleza de Mascate, conquistada pelo sultão de Omã e, com isso, viam cortada uma importante linha de acesso ao comércio da Pérsia, de nada valendo as operações navais conduzidas por Sousa Coutinho para a recuperar.

Ceilão constituía porventura a maior fonte de preocupações portuguesas no Oriente, e as notícias sobre os assédios e ataques à ilha tornaram-se recorrentes neste tempo. Perante o crescendo da ameaça holandesa, o próprio António de Sousa Coutinho foi destacado para o posto de governador de Colombo.

Em Setembro de 1652, D. Vasco de Mascarenhas, conde de Óbidos, tomava posse como vice-rei da Índia. Das cartas de Jorge de Amaral transparece uma boa relação com este governante, considerada essencial para o eficaz desempenho do seu cargo de Ouvidor-Geral do Crime.

Nesse mesmo ano, a situação em Ceilão agravou-se. Os holandeses tomaram Caliture e o capitão Manuel Mascarenhas Homem foi destituído do comando e colocado a ferros por um grupo de insubordinados que o acusaram de colaboração com os rivais norte-europeus. A praça de Barcelor, cuja mercê havia sido concedida a um parente de Jorge de Amaral<sup>51</sup>, foi entretanto perdida.

---

<sup>49</sup> *Cronologia Geral da Índia Portuguesa, 1498-1962*, 2.ª ed. revista e aumentada. Lisboa: Referência/Editorial Estampa, 1997, p. 105-108. Seleccionei apenas os acontecimentos que podem ser confrontados nas cartas de Jorge de Amaral. Tal como pode ser visto até aqui, optei por não explorar a não ser pontualmente algumas impressões contidas nas cartas. O objectivo, como foi dito, é apenas publicá-las, e não creio que seria correcto usar este livro para iniciar investigações aprofundadas.

<sup>50</sup> Onde não chegaria; acometido de doença grave em plena navegação, acabaria por falecer em Luanda.

<sup>51</sup> Trata-se de António de Amaral.



Pouco depois de ter completado um ano no governo do *Estado da Índia*, o vice-rei acabaria por ser deposto na sequência de um golpe palaciano liderado por D. Brás de Castro, capitão de Daugim (22 de Outubro de 1653). Vasco de Mascarenhas foi forçado a embarcar para o Reino e Castro assumiu o governo da Índia.

O Doutor Jorge de Amaral foi testemunha privilegiada e participante deste acontecimento<sup>52</sup> que marcou a história da administração portuguesa da Índia.

De natureza bastante complexa, esta conjura reuniu um grupo poderoso que, como se chegou a dizer, se insurgiu contra o «mau governo» do vice-rei<sup>53</sup>. Eis o relato dos factos, contido numa obra clássica, bastante descritiva e informativa, que, como tal, junta dados que podem ser confrontados com as cartas de Amaral sobre esta matéria, as quais proporcionam contributos importantes para uma melhor interpretação do movimento.

Em 1653 vemos sair a campo aberto a dissensões, «não o governador contra o governador, mas uma turba de facciosos que separados da massa do povo, arrastam-se pela vertigem da sedição, para deporem o vice-rei D. Vasco Mascarenhas conde de Óbidos, só porque levado de espírito justiceiro encetara a mais enérgica e rasgada reforma da pública administração, chamando à sucessão a D. Brás de Castro que fora o principal caudilho deste desastroso pronunciamento. [...] Eram seis horas da manhã do dia 22 de Outubro do sobredito ano, quando os descontentes se apinhavam em tumultuoso motim no terreiro da Sé ao repicar dobrado do seu sino. Com grande aparato marcial a corrente da turba invadia as casas do Cabido, os Vereadores e os Desembargadores, levaram-nos à sala do palácio onde entre entusiásticos vivas a El-Rei e à nação pediu-se-lhes a deposição do conde e a abertura das vias da sucessão. O secretário José de Chaves Sottomayor, que para escapar à fúria dos amotinados se recolhera à sua casa, foi violentamente conduzido ao convento de S. Francisco a fim de se abrir o cofre das vias da sucessão, e depois de quebrado o de pau, a turba correu com o de ferro em direitura ao paço do Vice-Rei onde em presença de todas as autoridades deviam ser lidas as vias. Infelizmente, as provisões que foram abertas eram as que trouxera o conde de Aveiras, que o governo mandava inutilizar substituindo-as com as que o conde de Óbidos trazia consigo, as quais sendo abertas também eram incapazes de terem a execução pelo falecimento de todos quantos nelas estavam eleitos afora Manuel Mascarenhas Homem que fora desaposado do seu cargo de capitão de Ceilão e vivia ausente de Goa. Então a turba pediu a execução de uma cláusula que se lia em todas as vias e era, que na falta do governador, fosse chamado provisoriamente o seu primeiro conselheiro. Este cargo ocupava D. Brás de Castro que então de propósito ficara em Daugim, exercendo o cargo de capitão, de onde foi conduzido pelos facciosos com frenético entusiasmo a fim de assumir a governança da Índia.

<sup>52</sup> A sua posição não deve ter sido muito confortável dada a proximidade com o vice-rei. Os termos em que fala de alguns dos implicados, em especial de D. Brás de Castro e do secretário Sottomayor comprovam-no.

<sup>53</sup> Palavras usadas no contexto da conjura. SUBRAHMANYAM, Sanjay – *The Portuguese empire in Asia, 1500-1700: a political and economic history*. Harlow: Longman, 1993.

O Vice-Rei conde de Óbidos que durante esta manifestação sediciosa se achava em Reis-Magos, foi preso no forte do Cabo sob a guarda de quarenta indivíduos e dali enviado para o Reino.

D. Brás de Castro, que governou assim intruso desde o dia 22 de Outubro até 15 de Agosto de 1655, dando em 2 de Janeiro de 1654 conta ao governo da metrópole da expulsão do conde de Óbidos e da sua exaltação ao governo, protesta que ele, indiferente e inteiramente estranho a esta comoção fora, quando menos contava, constrangido a aceitar o governo sob o risco de ser imediatamente vítima do furor do povo, e que só acedera à sua vontade depois de lavrar todos os protestos bastantes em Direito, pelos quais fazia arredar a responsabilidade que porventura nele pesasse por tamanho atentado. Eis aqui as suas próprias palavras:

“... Como nas sucessões diz de ordinário que estando o governador ausente governe o conselheiro mais antigo, perguntaram ao Secretário do Estado quem era e como respondesse que eu, e sem outro fundamento levados destas palavras lhes lembrou minha pessoa que ao tal tempo bem descuidado do sucesso estava por capitão do paço de Daugim, para esta cidade, de que o conde de Óbidos me havia provido por morte do proprietário: foi a maior parte do mesmo povo à minha casa ficando outra no paço e subindo à câmara onde estava, todos de bacamartes e espingardas me disseram que Vossa Majestade era servido governasse eu este Estado; estranhando-lhes a acção tão temerária lhes resisti e assim pegando em minha pessoa e dizendo que aceitasse e não quisesse que se perdesse esta cidade e Estado pois naquele dia se acabava, e me não teriam por leal antes por traidor, e me matariam logo, e que se não haviam de ir dali sem a execução do seu intento que era só o servir a Vossa Majestade e não se acabar de todo este Estado e parecendo-me desviá-los de seus intentos como me visse na fortaleza junto a alguns ministros e pessoas de respeito, houve de vir com ele mas não foi assim porque depois que me viu o povo em sua presença então foi maior e mais resoluta a deliberação de me violentarem a que aceitasse o governá-los sem me querer admitir razão algum sendo que há leis bastantes para me escusar de encontrar as ordens de Vossa Majestade nem houve nem podia haver quem ousasse dizer o contrário porque o povo não dava lugar a coisa alguma antes irritado me teriam morto e a outros ministros que quiseram com boas razões evitar este feito, e logo fizeram um termo pelo Secretário do Estado pelo qual depuseram o conde de Óbidos do lugar que ocupava elegendo-me a mim para este governo sem embargo dos protestos e requerimentos que fiz ficando o mais do povo em guarda minha aquela noite temendo que me ausentasse: fizeram no dia seguinte outro papel, em que me obrigaram a assinar, que enviaram ao conde de Óbidos por alguns religiosos e o Chanceler, a quem recomendaram de palavras significasse ao mesmo Vice-Rei o estado a que se tinham reduzido, como a Vossa Majestade será presente das cópias dos mesmos papéis que acompanham a esta, e logo mandaram recolher ao conde de Óbidos ao forte de Nossa Senhora do Cabo e lhe puseram uma guarda de quarenta homens e a mim outra para que me não pudesse sair das suas

vontades: as causas e os fundamentos que o povo teve para obrar um feito tão escandaloso deve ele de o representar a Vossa Majestade; de mim certifico a Vossa Majestade que por não perder a vida tão em fruto e arruinar-se esta cidade e as mais com ela houve constangido de aceitar pelo que quis o povo e assim o representei pelo Conselho do Governo pelo papel de que vai também, com esta, cópia ...»<sup>54</sup>.

Um dos desempenhos que não parece muito claro nesta sequência de eventos é o do Secretário, José de Chaves Sottomayor, líder de uma influente facção política e comercial. Segundo este relato, dá ideia que foi forçado a participar, «violentamente», estando refugiado em casa. Outros, dão-no como o principal cabecilha da revolta: «a coberto das dificuldades reinantes, o Secretário de Estado da Índia, José de Chaves de Souto-Maior, sublevoou a população de Goa, sem que D. Vasco Mascarenhas intentasse qualquer resistência», posição adoptada por Boxer («o vice-rei conde de Óbidos foi deposto em Outubro de 1653, numa revolução palaciana sem sangue de que um dos principais mentores foi José de Chaves Sottomaior, que serviu de tempos a tempos como Secretário de Estado da Índia»); Sanjay Subrahmanyam adopta uma opinião mais moderada, embora não pareça duvidar da interferência do Secretário, confirmada por outros documentos: «ele foi, pelo menos, cúmplice nos acontecimentos» com Brás de Castro<sup>55</sup>. Nas suas cartas, Jorge de Amaral insinua o mesmo.

A moderna investigação, na qual evidentemente incluo o último historiador citado, faz outras leituras, atribuindo um significado mais profundo a todas estas convulsões. Este incidente, em particular, vem na linha de uma longa lista de crises – dei notícia de algumas atrás – que marcaram a história do governo do *Estado da Índia* no século XVII, e tiveram reflexos no quotidiano dos portugueses que ali viveram.

Por sua vez Francisco Bethencourt, quando analisa as *estruturas de poder* orientais, alude às rivalidades e dificuldades de comunicação entre os diferentes organismos, à «corrupção, favorecimento e fraude»<sup>56</sup> no funcionamento administrativo e, particularmente, a dificuldades de adaptação das forças no terreno a novas estratégias expansionistas introduzidas nesse tempo. Para este historiador, os conflitos sobrevivendo no quadro da articulação entre interesses da Coroa e interesses privados resultam, em primeiro lugar, de estratégias de expansão que podem beneficiar ou prejudicar interesses já instalados no terreno; em segundo lugar, da distribuição de recursos do Estado e acesso das diferentes clientelas

<sup>54</sup> MIRANDA, Jacintho Caetano Barreto – *Quadros Históricos de Goa*, citado, p. 59-63.

<sup>55</sup> LIMA, Durval Pires de – *O Oriente e a África desde a Restauração a Pombal*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1946. BOXER, Charles R. – *A Índia portuguesa em meados do século XVII*. Lisboa: Edições 70, 1982, p. 19. SUBRAHMANYAM, Sanjay – *The Portuguese empire in Asia, 1500-1700: a political and economic history*. Harlow: Longman, 1993, p. 238.

<sup>56</sup> A que aludem também, entre outros, Teotónio de Souza («era a corrupção constitucionalmente determinada que evitava que o *Estado da Índia* se desmoronasse, mas isso tornava impossível a coordenação estratégica com os interesses imperiais»), e Disney (a propósito do sistema fiscal, «ineficaz e frequentemente corrupto»); ver, respectivamente, SOUZA, Teotónio R. de – *Goa Medieval. A cidade e o interior no século XVII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 117-118, e DISNEY, Anthony – *The fiscal reforms of viceroy Linhares at Goa*, in «Anais de História de Além-Mar», vol. III, 2002, p. 259.

a esses mesmos recursos; e em terceiro lugar, às formas de reconhecimento (ou não) por parte dos governadores, que podem conduzir a melindres e agravos<sup>57</sup>.

Há interesses contraditórios, há partidos e facções rivais, há redes clientelares. Os amigos de hoje podem ser os inimigos de amanhã, e os grupos instalados reagem quando os recém-chegados interferem, ou pretendem interferir, nos circuitos, de poder ou económicos, já montados.

O caso relatado, da deposição de D. Vasco Mascarenhas, «o mais grave de todos os conflitos que envolveram os vice-reis da Índia» no entender do mesmo Francisco Bethencourt, é eloquente quanto aos jogos de influências, aos interesses das redes clientelares distribuídos por várias partes do Índico (como Canará ou Ceilão), e como estes grupos se procuram reorganizar e posicionar neste período de profunda instabilidade do «império», mesmo que isso implicasse um entendimento com o adversário holandês<sup>58</sup>.

É em casos como este que a correspondência de Jorge de Amaral ganha particular relevo. Pelas suas cartas passam os interesses, individuais e das redes, como a *dos Chaves* (Sottomayor) ou, indirectamente, aquela que ele próprio integra, as rivalidades entre órgãos de poder, entre instituições, e, também, as denúncias de trajectórias (demasiado) ambiciosas e, mesmo, acusações de incompetência de funcionários com responsabilidades, que participaram em todo este momento em que os portugueses, parafraseando Nietzsche e Vázquez Montalbán, deixaram de fazer história para passar a sofrê-la.

Proseguindo a sequência de eventos marcantes no *Estado da Índia* destes anos, importa dizer que o novo governador desenvolveu alguma actividade diplomática interessante (nomeadamente com o sultanato rival de Bijapur) e promoveu o socorro a Ceilão, sem grande sucesso, embora tivesse conseguido prolongar a resistência de Colombo graças aos abastecimentos que fez chegar à guarnição, durante o ano de 1654.

No primeiro caso, encontramos, para além da urgência da normalização de relações com aquele estado rival, a adopção de um cerimonial (incluindo o formalismo da linguagem) que, em última análise, pretendia legitimar a posição do grupo que se assenhoreou do poder em Goa.

Tomadias de navios e de bens envolvendo violência, represálias, bloqueios de portos, intervenções armadas, pazes efémeras e reacender de conflitos marcaram, desde a conquista de Goa por Albuquerque, as relações entre os portugueses e o sultanato de Bijapur; no século XVII, esta instabilidade foi, muitas vezes, fomentada, de forma directa ou dissimulada, pelos holandeses, que, com ela, procuravam enfraquecer os dois lados. Em meados da centúria, as relações entre Goa e o Sultanato alternaram entre um período de tréguas, em 1632, quando o Adil Shah foi acossado por uma invasão Moghul, apoiada pelo sultanato rival de Ahmad-

<sup>57</sup> Sobre todo este ambiente ver a síntese de BETHENCOURT, Francisco, «O Estado da Índia», in *História da Expansão Portuguesa*, dir. de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Vol. 2. S/l: Círculo de Leitores, 1998, p. 303-314.

<sup>58</sup> Com ou sem a cumplicidade de alguns desses grupos e dos seus membros; pense-se, por exemplo, no papel ambíguo desempenhado neste processo por Manuel Mascarenhas Homem, cujo passado em Ceilão abria pelo menos a porta a suspeitas da sua colaboração com os holandeses.

nagar, e solicitou auxílio português, e de particular tensão quando as tropas de Bijapur capturaram a ilha de Cuncolim, aprisionando D. Manuel Lobo da Silveira (filho do futuro vice-rei conde de Sarzedas) e a pequena guarnição que estava às suas ordens e, fizeram também uma incursão em Bardez e Salcete, em 1654. Neste episódio, parece ter funcionado a acção de D. Brás de Castro que, retirando partido da pressão que o Adil Shah sofria nos seus próprios territórios, e da oposição forte que as tropas portuguesas lhe colocaram, conseguiu negociar a paz em termos favoráveis: para além da libertação dos prisioneiros portugueses, impôs o seguinte acordo de pazes<sup>59</sup>, assinado em 7 de Março de 1655, no qual esteve presente o Doutor Jorge de Amaral, na qualidade de Desembargador da Relação.

Pazes com o sultão *Mamede Idalxá*.

«Assento, ratificação e juramento de pazes feitas com o Senhor Rey Sultão Mamede Idalxá por seu enviado Melique Acute, de sua presença, e o Padre Gonçalo Martins, da Companhia de Jesus, governando o Estado da Índia o Senhor Dom Braz de Castro do Conselho de Sua Magestade».

Como foi dito, apesar de estes actos terem um marcado cerimonial protocolar, há aqui, complementarmente, como que uma exaltação da figura do governador, que lhe interessaria cultivar como legitimadora da sua posição governativa. Castro recebe o enviado do Sultão «na salla real dos aposentos da fortaleza desta cidade de Goa em que os senhores V. Reys fazem sua assistência e morada». Além disso, o embaixador do Ali Shah dirige-se a ele chamando-lhe «escolhido na Ley do Mexia (isto é, *Messias*) «leão do mar» e Vice-Rey do Estado de Goa.

Para além do dito Acute estava o Padre Gonçalo Martins. Este viera de *Visapor*, ou Bijapur; segundo esta versão dos factos, fora um dos negociadores do acordo, devidamente mandatado pelo Governador. Estava também o capitão da cidade, D. Pedro Henriques e os fidalgos «do Conselho que assiste ao mesmo senhor Governador», mais D. Gilianes de Noronha, D. Fernando Manoel, capitão-mor das naus do Reino e socorro que passou à Índia, Rui Dias da Cunha, o Doutor Luís Mergulhão Borges, Martim Velho Barreto vedor da Fazenda, os Desembargadores Jorge de Amaral e Vasconcelos ouvidor-geral do Crime, Sebastião Álvares Migós ouvidor-geral do Cível, José Álvares Carrilho procurador da Coroa e da Fazenda, Francisco de Figueiredo Cardoso, chantre da Sé, Brás Henriques da Veiga deão da Sé e provedor-mor dos Defuntos, Luís Monteiro da Costa, os vereadores Luís Pires Pacheco, Pedro Homem Ferreira, e Aires de Sousa da Silva, os juizes Pascoal de Torres, Manuel Loureiro procurador, e Francisco Soares de Castelbranco, os procuradores dos mesteres Lucas Fernandes, João Gonçalves, Mateus Mendes e Duarte Rodrigues, o escrivão Manuel Soares de Goes, e, por fim, José de Chaves Sottomayor, Secretário do Estado, que o redigiu. Participaram ainda dois «línguas», Chrisná Sinay e Ramé Sinay Cottary. Na altura das assinaturas refere-se ainda a presença de uma das figuras mais destacadas na

<sup>59</sup> Sobre o quadro geral do relacionamento entre Goa e Bijapur, ver SOUZA, Teotónio R. de – *Goa Medieval*, citado, p. 34-36.

ascensão de Brás de Castro, o Doutor Sebastião Cardoso, juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda, Chanceler do Estado, que coordenou a cerimónia e assinou o tratado.

O essencial do acordo visava resolver os frequentes confrontos entre os dois estados, de que resultaram, entre outros, o encerramento de portos do Sultão aos navios portugueses, a captura de ilhas e soldados, e a invasão de algumas terras de Bardez e Salcete pelas tropas do sultanato. O que foi conseguido momentaneamente. Ficou a promessa do reatamento das relações marítimas e a retirada dos soldados. Houve troca de presentes<sup>60</sup> e a ratificação de pazes que já haviam sido repetidamente negociadas desde o século XVI<sup>61</sup>.

A presença de Vasconcelos em actos deste género, e, mesmo, algumas breves impressões que ele regista nas cartas, fazem crer que o relacionamento com o governador D. Brás de Castro conseguiu ser, pelo menos, institucionalmente correcto. Neste contexto, e ainda antes das pazes com Bijapur, devemos citar uma decisão administrativa (que, apesar disso, pode ter algum significado) datada de 12 de Outubro de 1654 na qual o governador notificava o tesoureiro do Estado para que ordenasse o pagamento dos ordenados do Doutor Jorge de Amaral, tendo em conta o seu trabalho contínuo<sup>62</sup>.

Em 22 de Agosto de 1655 arribou a Goa a frota do reino. Nela vinha o novo vice-rei, D. Rodrigo da Silveira, primeiro conde de Sarzedas. As fontes disponíveis, em concreto o seu *diário*, e a correspondência de Amaral, mostram boa colaboração entre ambos; D. Rodrigo da Silveira haveria de contar com os serviços do Ouvidor-Geral do Crime em momentos difíceis, por exemplo na operação de surpresa que resultaria na detenção de D. Brás de Castro e de outros implicados na deposição do conde de Óbidos, na acção judicial que se lhe seguiu conhecida pelo nome de *devassa dos alevantados*, e na conclusão do processo movido contra os responsáveis pelo deficiente auxílio a Ceilão, iniciado ainda antes da tomada de posse do vice-rei.

<sup>60</sup> Um dos quais, uma esmeralda, ou, talvez mais correctamente, uma *espinela*, que passou pela mediação do mercador Baltasar da Veiga, acabaria por resultar num mal-entendido embaraçoso para a diplomacia. Outra história em torno desta pedra refere que a mesma pertencia a Melique, ou Malique Acute, o embaixador acima indicado, e fora roubada pelos portugueses em Goa tornando-se, por isso, a causa da invasão perpetrada pelo Adil Shah de Bijapur, que a pretendia recuperar. Outra ainda diz que a pedra fora trazida para Goa pelo Adil Shah quando ali se viera tratar de uma maleita e ficara em depósito de um empréstimo contraído junto do citado Padre Gonçalo Martins, que a guardara, mostrando, por outro lado, o envolvimento dos Jesuítas nas actividades financeiras. Mais tarde, Martins recusara devolver a gema. No entanto, atraído a Bijapur (ao que se diz por falsas promessas de desejo de conversão do Shah), foi feito refém enquanto a pedra não retornasse à mão do dono. O que não aconteceu e, por isso, o Shah invadira Bardez e Salsete. No fundo, o acordo de que aqui se fala destinava-se a resolver a contenda. Ver, a este propósito, as notas de Artur Teodoro de Matos no *Diário do conde de Sarzedas*, citado, p. 80-83 e *Storia do Mogor or Mogul India 1653-1708*, por Niccolao Manucci, traduzido por William Irvine. Vol. III. Londres: John Murray, 1907, p. 168.

<sup>61</sup> Por exemplo, desde o tempo de António Moniz Barreto, em 1576, e nos anos trinta do século XVII, 1633, Abril, 3, por D. Miguel de Noronha, Conde de Linhares. *Collecção de tratados e concertos de pazes que o Estado da India Portuguesa com os reis e senhores com quem teve relações nas partes da Asia e Africa Oriental desde o principio da conquista ate ao fim do século XVIII*, por Julio Firmino Judice Biker. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882, p. 232-239.

<sup>62</sup> *Junta da Real Fazenda do Estado da Índia*, vol. III, livro 6. Dir. de Artur Teodoro de Matos. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/CHAM, 2001, p. 179-180. Há neste livro, na entrada Amaral, diversas referências à presença do Doutor Jorge de Amaral nos diferentes actos nele registados.

Na carta que enviou a D. João IV, em 4 de Fevereiro de 1655, Amaral informava que tirara a *devassa dos galeões* que foram socorrer Ceilão e achara que «Dom Antonio Sotto Maior que era capitão do galeão *Santo Antonio* veo o cabo (da Rama) seguindo sua viagem [...] e ao primeiro de Mayo montando o Cabo de rama teve vista de onze velas de alto bordo que as onze oras forão reconhecidas serem olandezas; e podendo arribar sobre São Joseph pera irem pella costa abaxo uniremse com os mais galeões pois tinhão o vento e a agoa por sy o não fes antes largando a vella grande que trazia ferrada com mais duas se veo varar em terra» e isto apesar de ter aviso do governador («por uma almadia») «que brigasse». E, mais adiante, explicava: «anda por exemplo neste *Estado* que fizerão os que perderão Ormus e os que perderão Mascatte, os que perderão Malaqua, e aos que perderão as Armadas e o peor que he Senhor que a estes exemplos se apegavão os desembargadores, e porque não quis eu receber a contrariedade a Christovão de Souza que perdeo a Vossa Majestade a Armada da Colleta com a mais riqua cafilla que se sabia viesse nestes tempos que só de vellas de navios chatins consta de cento e trinta com quatorze navios d'armada, duas galeotas de Ceilão que trazião cento e vinte bares de canella de Vossa Majestade». Estas denúncias e estes procedimentos, inerentes à função que ocupava, não deixariam de lhe criar problemas e suscitar a inimizade daqueles que se presumiam implicados nesses desaires<sup>63</sup>.

As consequências dos reveses militares não se fizeram esperar: a situação das armas portuguesas em Ceilão tornou-se dramática. No seu *diário*, o vice-rei, que veio à Índia encontrar este caminho sem retorno, escrevia em meados de Novembro: «para este socorro não há vintém nem real, nem donde possa vir; acuda Deus com sua Misericórdia, que só ela o pode fazer»<sup>64</sup>.

Dois meses depois de ter registado esta verdadeira declaração de impotência (em 13 de Janeiro de 1656), D. Rodrigo da Silveira morria em Goa. O alvoroço criado em torno da acção punitiva que empreendeu contra o governador e os seus partidários, os sucessivos inquéritos para apuramento dos responsáveis pelos fracassos militares e o desejo de implementar reformas fiscais que buliam com interesses instalados, logo fizeram levantar a suspeita de envenenamento; contudo, existe documentação que fala de uma doença súbita e mortal precipitada pelas preocupações que lhe atormentavam o espírito.

«Neste meio tempo, lê-se numa *relação* enviada da Índia em 1655, foi Deus servido levar para si o Conde Vice Rei. E como não há morte sem achaque, muitas coisas se dão à sua: a principal porém foi o sentimento que tomou por ver as coisas do Estado tão impossibilitadas; o susto de Ceilão e de um temporal que pôs em grande perigo as naus na barra<sup>65</sup>, a que ele em pessoa acudiu com grande zelo; o desgosto que teve pela prisão destes fidalgos,

<sup>63</sup> E que terão estado na origem da sua morte; vários testemunhos concordam que Jorge de Amaral foi envenenado. Sobre a *devassa dos galeões*, que requer melhores estudos, ver IRIA, Alberto – *Da navegação portuguesa no Índico no século XVII*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973, p. 146-147.

<sup>64</sup> *Diário do conde de Sarzedas*, citado, p. 27, 131.

<sup>65</sup> Eis aqui mais uma prova da importância destas cartas. Jorge de Amaral fala desta tempestade ao irmão e da forma como

posto que a ordenou com grande prudência, porque tinha alcançado que se foi erro o que obraram, foi boa a tenção com que o fizeram; e ver-se obrigado a pedir tributo ao Estado, que já tinha aceite o da décima; e, finalmente, o grande trabalho que de dia e de noite tomava sobre a sua pessoa, sem admitir alívio. Fez no princípio pouco caso da doença, mas declarando-se depois maligna, por mais remédios que se lhe aplicaram. Recebidos os sacramentos, morreu aos 13 de Janeiro de 1656»<sup>66</sup>.

Jorge de Amaral concorda neste juízo, por todo e em geral, o que me faz colocar a hipótese de a referida *relação* ter sido escrita por si:

«A treze deste falleceo o senhor Conde Vice Rei e foi tam sentido de todos como chorado. O desvello de acudir as couzas deste Estado o levou a sepultura porque o afligimento [d]o aperto de Ceillão e ver que lhe pediam galeões pera com elles se obrar hũa grande facção por estarem as naos do inimigo em Columbo sem gente per aver lançada toda em terra e acharse sem galeões e com pouco ou nenhum cabedal de dinheiro pera poder seccorrer, e outras considerações que fazia a querer tudo vencer de pancada athe que o trabalho lhe occasionou hũa febre malina que o levou a sepultura»<sup>67</sup>.

Após atribulada eleição, Manuel Mascarenhas Homem, outrora proscrito em Ceilão, saiu por Governador, exercendo o cargo até chegarem as vias de sucessão. Estas determinariam a nomeação de novo Conselho de Governo composto pelo mesmo Manuel Mascarenhas Homem, Francisco de Melo e Castro e António de Sousa Coutinho.

Naquela época, o destino da velha Taprobana estava traçado. Columbo caía definitivamente em mãos holandesas, apesar da forte/desperada resistência liderada por Sousa Coutinho e das armadas que os portugueses ainda organizavam<sup>68</sup>. Começava a perder-se, para nunca mais ser recuperada, a influência portuguesa na ilha: a retirada dos missionários cristãos e singaleses, que optaram por se recolher a Goa, adquiriu, neste contexto um particular simbolismo.

ele próprio acorreu ao evento, fornecendo barcas equipadas com amarras e fateixas para salvar as naus que deram à barra nessa ocasião. Ver carta n.º 15.

<sup>66</sup> Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, cód. CV/2-15, fl. 57v, «Relação de novas da Índia Oriental desta monção de 1655», transcrito por Panduronga S. S. Pissurlencar – *Assentos do Conselho de Estado*, III, p. 427 e reproduzida por Artur Teodoro de Matos na introdução ao *Diário do conde de Sarzedas*, citado, p. 29, de onde a retirei.

<sup>67</sup> Ver documento 15. Porque se trata de uma carta para a família, Jorge de Amaral poderia avançar com a suspeita, o que não faz, embora noutras ocasiões denuncie assuntos extremamente graves. Não quer isto tudo dizer que se deva rejeitar liminarmente a hipótese do envenenamento e que esta versão da «morte por aflição», tão característica do *fado* português, não fosse a adoptada entre os meios políticos goeses, eventualmente implicados no acto, e unidos por uma espécie de «pacto de silêncio». Esta bela teoria da conspiração é, por outro lado, verosímil, quando pensamos que a eliminação de adversários por envenenamento era corrente na Índia, conforme o próprio Ouvidor-Geral do Crime viria a experimentar.

<sup>68</sup> A correspondência dos jesuítas refere que, para defesa da Índia, além dos galeões, os vice-reis mantinham no mar quatro armadas de remo; uma delas era a designada *armada do Norte*, composta por dezasseis unidades, comandada durante algum tempo pelo genro, D. Sebastião Lobo, irmão do conde de Sarzedas e na qual, como se pode ver nestas cartas, servia o filho do futuro vice-rei. Ver P<sup>c</sup> Jerónimo Lobo – *Itinerário e outros escritos inéditos*. Edição crítica do P<sup>c</sup> Manuel Gonçalves da Costa. Porto: Livraria Civilização-Editora, 1971, p. 57.



## UM OLHAR PRIVILEGIADO SOBRE A SOCIEDADE INDIANA

É, portanto, num quadro extremamente delicado que devemos entender a correspondência privada do Doutor Jorge de Amaral e o destaque por ele dado aos temas – e obsessões – dominantes da agenda ultramarina portuguesa e da sociedade colonial indiana: a corrupção, a honra, os dilemas morais, o justo governo, o distanciamento do Reino<sup>69</sup>, os sucessos e insucessos militares, a espera pelos navios e outros mais.

A sociedade *branca* que este homem encontrou, e que perpassa pelas suas cartas, era multifacetada e complexa nas relações que alimentava, características que, em parte, explicam fenómenos de rivalidade, violência e, porque não, de colaboração e solidariedade sentidos no quotidiano do burgo e do Estado. Teotónio de Souza enumera os seguintes grupos. «1. Os colonos casados, conhecidos como *moradores casados*. 2. Os oficiais de alto nível do governo, que geralmente regressavam a Portugal ao atingirem o termo do seu cargo. 3. Os *soldados* que vinham nos navios da *carreira* para servirem no Oriente. 4. Os habitantes dos conventos religiosos. 5. A comunidade dos homens de negócios brancos, em particular judeus portugueses que eram conhecidos como *cristãos-novos* ou *gente de nação*»<sup>70</sup>.

O restante da população era constituído por *castiços*, filhos de portugueses moradores na Índia, *mestiços*, fruto das relações entre portugueses e locais, pelos autóctones, numerosos no conjunto dos habitantes da cidade, e pelo cada vez mais abundante contingente de escravos – sobretudo africanos e, de forma crescente, moçambicanos – que eram utilizados nas mais variadas funções<sup>71</sup>.

A questão das elites, e das próprias redes comerciais que lhes subjazem, é, aqui, muito complexa. Em primeiro lugar, as bases de recrutamento não são muito extensas; em segundo lugar, a relativa infixidez dos grupos de onde elas saem, bastante flutuantes, dependendo do tempo de permanência no Oriente dos oficiais da administração ou personagens de nível superior, aqueles que fornecem o essencial dos *notáveis*; em terceiro lugar, a existência de uma elite, em «permanência», constituída por todos quantos se radicaram em definitivo nesse espaço, acumulando património e contactos, dominando os meios de acesso à fortuna do trato, mas à qual se junta, integrando-se ou rivalizando com ela (porque neste âmbito devemos esperar tudo menos linearidade de processos), a dos recém-chegados, através de fenómenos de admissão que, mais do que em qualquer outro

<sup>69</sup> Mais a sensação de impotência face aos avanços dos adversários europeus, ou a busca de soluções que passavam pela organização dos interesses em função dos quadros e dinâmicas locais (caso, sobretudo, dos mercadores, os mais inventivos no contexto da prossecução da sua actividade através da adaptação aos esquemas em vigor).

<sup>70</sup> SOUZA, Teotónio R. de – *Goa Medieval*, citado, p. 115-119. Falta ainda especificar que entre os soldados, mas talvez não em exclusivo, sobressaíam os *fronteiros* que, embora servissem na «margem» do domínio português, podiam ter a sua vida estabelecida e residir em Goa.

<sup>71</sup> *Ibidem*.

lugar, passam por questões de acolhimento fundadas no parentesco, na categoria social, na função exercida, na origem geográfica, na pertença clientelar, nas formas confessionais ou na identificação de interesses comuns.

Neste caso, a interferência de novos actores pode funcionar como um elemento agitador. Atentemos no que nos diz Teotónio de Souza sobre as camadas superiores do funcionalismo régio oriental: os mais importantes postos administrativos na Índia, tal como o do vice-rei, do vedor-geral da Fazenda, dos juizes da Relação, do Secretário de Estado, e alguns outros cargos estavam reservados a fidalgos e a nobres de elevado nível, que vinham para a Índia apenas com a ideia de enriquecer; nenhum deles alimentava o desejo de se estabelecer na Índia, antes ansiavam por regressar a casa com as finanças melhoradas<sup>72</sup>. Ora, esta acção *predadora*<sup>73</sup> haveria de transtornar os interesses instalados sendo que o enriquecimento passava, forçosamente, pela participação activa nos circuitos do negócio mercantil. E, neste caso concreto, isso acontecia numa altura de profundas mudanças, quer na configuração do espaço ultramarino português no Oriente, quer nas políticas e estratégias mercantis – do Estado e dos particulares – quer na introdução de concorrentes europeus que redefiniram as regras do jogo comercial mundial<sup>74</sup>.

Não faltavam, assim, factores de perturbação de uma ordem social que vivia de equilíbrios precários. E, na gestão de conflitos, a figura institucional do Ouvidor-Geral do Crime<sup>75</sup> era parte central deste processo. Com todo o potencial de animosidade que tal posição atraía. É que, se como escrevi atrás, a interferência de novos actores podia constituir um elemento agitador, os agitados reagiam, não abrindo mão dos seus benefícios sem uma boa luta.

Pelo menos uma vez por ano competia a este funcionário, em conformidade com as orientações dos vice-reis, proceder a devassas. Na prática, este Ouvidor funcionava como uma espécie de *procurador público*, e tudo o que caísse na alçada criminal, desde actos de violência à responsabilização de funcionários, era da sua jurisdição. Já evoquei alguns processos sensíveis que foram da sua responsabilidade. Mais alguns casos, envolvendo figuras poderosas de Goa, anunciavam problemas. Por exemplo, em 9 de Março de 1654 há notícia do «procedimento do Dr. Jorge de Amaral e Vasconcelos no incidente do assassinio de

<sup>72</sup> SOUZA, Teotónio R. de – *Goa Medieval*, citado, p. 116.

<sup>73</sup> Veja-se a carta de Jorge de Amaral (n.º 4) em que ele comunica aos parentes que não lhes pode mandar nada «na monção» (e já agora, mais ninguém pode) pois o vice-rei tomara para si o único navio que ia para o Reino e não admitia o embarque de quaisquer mercadorias que não fossem dele. Mascarenhas, o vice-rei, «possui fabulosa fortuna em diamantes e é conhecido por «rei do ouro»»; MORAIS, Carlos Alexandre de – *Cronologia geral da Índia Portuguesa*, citado, p. 103.

<sup>74</sup> Acerca das elites e das suas dinâmicas, embora restringido ao caso do Reino, é muito útil a consulta do estudo de MONTEIRO, Nuno Gonçalves – *Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime*, in «Análise Social», vol. XXXII (141), 1997 (2.º), 335-368. Para uma visão geral das redes internacionais de comércio ver CURTO, Diogo Ramada; MOLHO, Anthony – *Les réseaux marchands à l'Époque Moderne*, in «Annales. HSS», 58 (3), (mai-jun 2003), p. 569-579; LEMERCIER, Claire – *Analyse de réseaux et histoire*, in «Revue d'histoire moderne et contemporaine», 52 (2005), 87-112.

<sup>75</sup> Embora seja impossível, neste contexto, dissociá-la da figura pessoal, com interesses, que detém o cargo.

um cafre por criados de D. Francisco Sottomayor», parente do Secretário José de Chaves de Sottomayor, e da prisão de Manuel Nunes da Silva<sup>76</sup>. Outro acontecimento grave, que resultou em confrontos com os religiosos de Santo Agostinho, ocorreu na sequência de um assalto perpetrado por soldados «delinquentes»<sup>77</sup> a um certo Simão Ribeiro, rico mercador de Goa, que foi possível identificar graças ao diário do Conde de Sarzedas. Trata-se, aqui, de mais um dado interessante para confrontar informações das cartas, confirmando-se o relato feito pelo Doutor Jorge de Amaral na missiva enviada à família<sup>78</sup>.

Neste rol, que nos mostra uma parte da faceta violenta da Goa portuguesa<sup>79</sup>, devo mencionar mais um episódio envolvendo assassinatos em que estava implicado um certo João Cordeiro, que havia sido julgado em Goa e, contrariamente ao que ditava a *ordenação*, fora também a tribunal no Reino.

Para não alongar esta lista referirei apenas que Vasconcelos esteve também ligado à questão do *lançamento das décimas*, decisão controversa decidida pelo vice-rei conde de Sarzedas<sup>80</sup>, sendo por este encarregado de as ir *assentar* à província do *Norte*, naquela que viria a ser a missão durante a qual encontraria a morte.

Finalmente, há a considerar a questão<sup>81</sup> com os Jesuítas, que o envolveu e a outras figuras da administração do *Estado* citadas nas cartas, e que é o exemplo acabado da dificuldade e do perigo em mexer com os poderes instituídos. Os membros do tribunal da Relação deploravam o comportamento dos Padres da Companhia. Num memorando enviado ao Rei, descreviam os ares altivos com que de costume se apresentavam e lamentavam quão mal e com que desprezo tratavam os nativos. Parte desta sobrançeria pode ser atribuída à forma como dominavam, chamando ao seu partido, alguns ministros da justiça, e molestavam aqueles que não alinhavam consigo, recorrendo, se preciso fosse, à intimidação, às armas e à violência, para os submeter. Jorge de Amaral e Vasconcelos viu-se confrontado com tal animosidade. Na sua qualidade de Ouvidor Geral do Crime, e porque

---

<sup>76</sup> Trata-se de outro elemento de perturbação na sociedade de Goa; as descrições dos viajantes estrangeiros dão conta da extrema violência e do clima de insegurança, um autêntico «estado de guerra privada» na cidade, por causa dos cafres que, durante a noite se movimentavam livremente atacando soldados, «roubando, assassinando e cometendo outros excessos». Esta situação durou até que o vice-rei D. Filipe de Mascarenhas mandou aos senhores de cafres que os encerrassem a partir do toque do sino de recolher; todos os que fossem apanhados na rua seriam mortos pelos soldados. A partir daqui, os soldados passaram a ser os protagonistas das maiores violências. Ver *Storia do Mogor or Mogul India*, citado, p. 164-168. Ver também *Boletim da Filмотeca Ultramarina Portuguesa*, vol. 8, p. 203, 271.

<sup>77</sup> Ver a nota anterior.

<sup>78</sup> Ver *Diário do conde de Sarzedas*, citado, p. 128-129.

<sup>79</sup> Correndo o risco de ferir alguns espíritos mais sensíveis, direi que, em certos momentos, parece que estamos perante verdadeiras associações de malfetores que não olham a meios para manter os seus «territórios», ferindo, matando, envenenando, intrigando, traindo...

<sup>80</sup> *Diário do conde de Sarzedas*, citado, p. 116. Ver também as referências a este assunto nas cartas n.º 15 e 17. As reformas fiscais eram sempre assuntos tormentosos para os vice-reis que as tentavam implementar. Ver a este respeito o que escreve Anthony Disney sobre as do conde de Linhares, em trabalho já aqui citado.

<sup>81</sup> Que, nesta altura, é impossível aprofundar.

recusou pactuar com este estado de coisas, sofreu as consequências. Começando por utilizar contra si argumentos ríspidos («palavras descompostas»), quando ele confirmou uma sentença que os condenava num caso particular, os padres logo partiram para acções mais drásticas, mandando escravos armados a sua casa, forçando-o a defender-se como pôde, não evitando, porém, a captura de alguns dos seus criados, que foram levados presos para o colégio de S. Roque<sup>82</sup>.

Os ressentimentos, e as demonstrações de poder, chegam mesmo à figura do vice-rei. Após várias denúncias, D. Filipe de Mascarenhas ordenou uma investigação aos abusos na constituição do património fundiário dos Jesuítas, achando-os culpados de apropriação indevida de muitas propriedades, facto que comunicou para o Reino. No entanto, o Rei, apesar de notar, e agradecer, o seu empenho nada fez decidindo que o caso não se lhes aplicava, tendo em conta o excelente serviço que cumpriam na conversão dos povos no Oriente<sup>83</sup>. Nestas circunstâncias, não admira que os vereadores e os franciscanos de Goa dissessem que *temiam mais o bico da pena de um jesuíta do que a ponta da espada de um árabe*. É que, entre as muitas prerrogativas de que há bastantes anos beneficiavam, os padres tinham o direito de rotular qualquer indivíduo como «prejudicial» ou «vadio», podendo essa classificação funcionar como base legal de uma eventual sentença para as galés<sup>84</sup>.

Não eram só os desembargadores, ouvidores do Crime, vice-reis e franciscanos a manter litígios com os *Apóstolos*. A certa altura, os próprios inquisidores viram-se na obrigação de intervir nas questões da evangelização dos povos da *Serra*, que eles pretendiam monopolizar. No respeitante à «conversão dos gentios», os inquisidores Paulo Castelino de Freitas e Lucas da Cruz (sobretudo o primeiro), consideravam «impraticáveis e imprudentes» as sugestões do Geral Frei Brás de Azevedo, que, apoiado pelo arcebispo, não aceitava que missionários de outras congregações pudessem exercer tal magistério. No entender dos inquisidores, essa atitude intransigente poderia acarretar a «perda da Serra» para a fé cristã, até porque o trabalho dos Jesuítas não parecia ser tão eficaz como se apregoava<sup>85</sup>.

No meio de tantas perturbações, os homens ainda assim porfiavam. Num século XVII dramático para a talassocracia portuguesa no Índico, os agentes mercantis portugueses procuravam sobreviver. Magalhães Godinho descreveu um quadro comercial marcado por desafios à navegação nacional movido por adversários poderosos, como os jaus, chineses, ingleses e holandeses. Nas notícias que manda para o Reino, Amaral fala sobretudo destes últimos e dos problemas frequentes com os *arábios*. Ameaçados, os portugueses, embora a custo, vão resistindo em alguns espaços, por exemplo, na costa ocidental africana, essen-

<sup>82</sup> BORGES, Charles, J. – *The economics of the Goa Jesuits, 1542-1759. An explanation of their rise and fall*. Nova Deli: Concept Publishing Company, 1994, p. 73. Não sei como terminou este caso.

<sup>83</sup> Idem, *idem*, p. 74.

<sup>84</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>85</sup> THEKEDATHU, Joseph S.D.B. – *The troubledays of Francis Garcia S.J. Archbishop of Cranganore (1641-1659)*. Roma: Università Gregoriana Editrice, 1972, p. 94.

cial, neste contexto, e, também, na costa oriental, com a manutenção de postos importantes em Moçambique, território cada vez mais estratégico, mantendo linhas de navegação e de negócio muito interessantes. Finalmente, aquela que me parece ser a faceta mais inovadora do comércio oriental, a importância dos circuitos e tráficos inter-regionais que há algum tempo chegavam a «sobrelvar a ligação com a metrópole»<sup>86</sup>. É o mundo dos portos<sup>87</sup>, o mundo dos mercadores; um mundo que existia antes dos portugueses, que resistiria aos portugueses e continuaria para além deles<sup>88</sup>. Eis o ambiente dos mercadores: onde eles gostam de se mover, gerindo relações, afastando-se dos (restritivos ou embaraçosos) esquemas estatais/imperiais e mantendo um muito apreciável volume de negócios – e de lucros. As cartas de Vasconcelos, apesar de multiplicarem as más notícias relativas aos sucessos da navegação, de estarem, no fundo, carregadas de pessimismo, são, em simultâneo, percorridas pela expectativa de sucessos comerciais neste mundo de inúmeros tratos e de inúmeras rotas, que significavam, de uma vez só, vários milhares de cruzados no haver da contabilidade dos investidores.

É neste sentido, de uma movimentação assinalável, de um volume de negócios que nunca haveremos de conhecer exactamente mas que parece ser muito elevado, que se enquadram as formas de organização do comércio e a busca de eficácia do mesmo. Isto remete, de novo, para o tema das redes comerciais e do seu alcance. Ao observarmos de perto a correspondência aqui publicada (e os índices de pessoas citadas<sup>89</sup>), fica-nos a ideia clara de que só era possível prosperar através do ingresso ou da colaboração das redes estabelecidas no Oriente, que apresentam uma grande complexidade. Sobretudo na qualidade dos membros que as compõem, no papel que cada personagem desempenha nesse complexo, nos canais utilizados para reunir informação, colher financiamentos e correr com as mercadorias. Embora a tónica seja colocada no trânsito entre Goa e Lisboa, a identificação dos personagens em campo e as alusões a outras formas de envio de correspondência (nomeadamente através de Inglaterra e de Roma) fazem crer que o processo não se afastaria muito daquele que conseguimos descortinar no século XVI, por exemplo, a propósito das redes cristãs-novas que operavam no Atlântico. De tal forma, que me parece que a compreensão do universo comercial indiano (a partir de Goa) não pode dispensar a presença e o papel crucial dos cristãos-novos no Oriente, e penso que isso é válido, também,

<sup>86</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães – «O Oceano Índico de 3000 a.C. até ao século XVII: história do descobrimento, navios, rotas, supremacias», in *Ensaio I. Sobre História Universal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editores, 1968, p. 135-137.

<sup>87</sup> Sobretudo daqueles que, como foi dito, não mantêm (ou não estão sujeitos) ao tráfico com a metrópole, que gerem múltiplas relações e comércios, tanto em termos de natureza de negócios como de geografia desses mesmos negócios, alimentando, de qualquer forma, os circuitos que têm como destino a Europa.

<sup>88</sup> Para uma visão geral deste fenómeno, ver PEARSON, Michael N. – *The Portuguese in India. New Cambridge History of India*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1987, p. 44-51 e o que se escreve nas histórias da Expansão co-dirigidas por Francisco Bethencourt, citadas nas notas 57 e 218.

<sup>89</sup> E nas notas que fui registando quer durante a transcrição dos documentos, quer no próprio índice.

para explicar alguns aspectos da própria expansão holandesa. Tomemos o caso de Baltasar da Veiga, figura central da actividade mercantil de Jorge de Amaral e da elite de Goa.

O que dele se diz nesta correspondência e a sua carreira, descrita, sinteticamente, por Florbela Veiga Frade, mostra que, de certa forma, os protagonistas do negócio no Oriente eram cristãos-novos, e os centros de actividade, comercial e financeira (a que se junta, neste domínio do trato oriental, o tráfico de pedras preciosas) continuavam a passar pelo norte da Europa. Já não exactamente pela Flandres mas pelos pólos dinâmicos de Amsterdão, coração das Províncias Unidas, e Roterdão, um dos seus mais importantes portos, centros para onde eram carrilados importantes negócios atlânticos e orientais portugueses<sup>90</sup>. Veiga, que era cristão-novo, havia emigrado de Lisboa para Antuérpia, de onde seguira para Roterdão e depois para Goa, onde foi preso pelo Santo Ofício em 1644. Provavelmente em troca de algumas denúncias que terá feito perante o tribunal – bem como pelo valor das influências que terá movido – foi libertado, radicando-se na capital do *Estado da Índia*, onde estabeleceu os seus empreendimentos mercantis<sup>91</sup>, salientando-se os que abrangiam o comércio de gemas (diamantes, esmeraldas, espinelas) e têxteis indianos<sup>92</sup>.

Curiosamente, este é, pelo menos, o segundo agente cristão-novo com quem Jorge de Amaral, ou elementos da sua família, ou ainda os seus correspondentes, tratavam, sendo que o primeiro, Simão Mendes Chacão, mercador e financeiro, estava ligado aos meios tradicionais do negócio na Beira, cujas ramificações internacionais, de grande amplitude, começamos, pouco a pouco a conhecer.

## CONCLUSÃO

Há variados motivos de interesse na leitura das cartas de Jorge de Amaral. Nas páginas precedentes, vimos alguns. Acompanhámos os mecanismos que possibilitaram a um fidalgo letrado da Beira ingressar nos meandros da Corte e encetar uma carreira que se previa fosse brilhante na administração do longínquo, problemático mas ainda tão atractivo *Estado da Índia*. Encontramos um homem cujo percurso constituiu, como o de tantos

<sup>90</sup> Carta do Padre António Vieira, de Haia, 3 de Agosto de 1648: «agora nos chega carta de Amsterdão com novas de haver ali chegado navio do Porto» carregado de açúcar. *Cartas do Brasil*, citado, p. 419. Sobre a acumulação e circulação de informação e, ao mesmo tempo, sobre a importância dada às redes de circulação de mercadores (com a utilização de agentes azeiris e arménios como correios), confronte-se o que escreve Disney com o importante estudo de ASLANIAN, Sebouh – «*The salt in a Merchant's Letter*»: the culture of Julfan correspondence in the Indian ocean and the Mediterranean, in «*Journal of World History*», vol. 19, n.º 2, 2008, University of Hawai'i Press, p. 127-188.

<sup>91</sup> Ver FRADE, Florbela Veiga – *Formas de vida e religiosidade na diáspora. As Esnogas ou casas de culto: Antuérpia, Roterdão e Hamburgo (Séculos XVI-XVII)*, in «*Cadernos de Estudos Sefarditas*», vol. VII (2007), p. 192-193, 204, 206.

<sup>92</sup> Recupere-se a informação registada atrás, acerca da relação dos Jesuítas com as actividades financeiras de Goa, nas quais entrava, igualmente o comércio de pedras preciosas. E, com isso, a eventual relação entre Baltasar da Veiga e o Padre Gonçalo Martins, que dá maior dimensão à rede que este integra.

outros, uma experiência vivida no complexo quadro da Expansão Portuguesa. Um homem de um tempo complicado, de viragem, exigente; um homem com as suas expectativas, com as suas ambições, com as suas limitações, quadros de valores e referenciais culturais que nos são constantemente recordados. Por isso, estas cartas são importantes. Porque não se circunscrevem ao discurso árido, orientado, geralmente hermético (ou abreviado) do documento oficial, seja ele uma simples petição ou, mesmo, uma devassa<sup>93</sup>.

No discurso, aparentemente sem restrições, que dirige ao irmão, especialmente a este, em cada uma das missivas, sobram as impressões acerca dos quotidianos do Reino e da Índia, as comparações de costumes, os comentários mordazes, os juízos de valor, que tanto passam pela apreciação da canja de galinha indiana, pelas saudades das lentilhas beirãs como pela indolência das escravas moçambicanas ou pela cupidez dos oficiais portugueses.

De resto, se no decurso desta introdução fiz incidir o meu interesse sobre os aspectos referentes ao Oriente, a verdade é que são igualmente preciosas as informações sobre o Reino. Sobre a Beira, com destaque para Viseu, a sua Sé, a Senhora do Altar-Mor da mesma Sé, que elegera como santa protectora; sobre o Douro, as quintas, as vinhas, os transplantes de castas, os pomares; sobre as carreiras dos parentes em Portugal, os estudos de uns em Coimbra e as entradas de outras em conventos, bem como sobre a promoção social da família. Enfim, se bem que sem grande detalhe, a vida na Corte, o jogo de influências, a competição entre as elites pelos melhores lugares da administração, e a Guerra da Restauração na fronteira.

Lá longe, na Índia, Jorge de Amaral nunca deixou de se interessar por essas vidas, esses acontecimentos e essas intrigas. Nos seis anos que ali viveu, e de onde não voltou, desencantou-se, viu-se envelhecer e sentiu-se em perigo. Na última carta que escreveu ao tio insistia para que este lhe conseguisse obter licença do rei para regressar ao Reino. Era tarde demais! Nem o tio, entretanto falecido, leria a carta, nem D. João IV sobreviveria para lhe passar a desejada licença, nem ele próprio teria tempo para se dirigir ao novo monarca. A última tarefa que o vice-rei conde de Sarzedas lhe incumbira levá-lo-ia à *Província do Norte*. E foi aí, em Baçaim, que num dia de Agosto o Ouvidor-Geral do Crime encontraria a morte. Foi voz corrente na Índia que o haviam assassinado. Não consta que alguma vez tenham sido encontrados os culpados, ou sequer que tenham sido procurados.

---

<sup>93</sup> Penso ser ocioso alertar para a necessidade de se fazer uma crítica cuidada e rigorosa da informação contida nas cartas. Todos os historiadores sabem que qualquer fonte histórica pode ser comprometida e, como tal, deve estar sujeita a exame.